



**Investimento Municipal**  
**Região de Lisboa e Vale do Tejo**  
**2015-2019**

**FICHA TÉCNICA**

<b>Propriedade</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: <a href="http://www.ccdr-lvt.pt">http://www.ccdr-lvt.pt</a>
<b>Título</b>	Investimento municipal na Região de Lisboa e Vale do Tejo   2015 a 2019
<b>Coordenação</b>	Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra   (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
<b>Revisão</b>	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
<b>Elaboração técnica</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Tratamento de dados</b>	Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Data</b>	Setembro 2021
<b>ISBN</b>	978-972-8872-81-6

## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS .....	7
APRESENTAÇÃO .....	8
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	11
<b>CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA, ENTRE 2015 E 2019 .....</b>	<b>13</b>
1.1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, NA RLVT .....	13
1.2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III .....	14
1.3 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	15
<b>CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR FUNÇÕES, ENTRE 2015 E 2019.....</b>	<b>16</b>
2.1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR GRANDES FUNÇÕES, NA RLVT .....	16
2.1.1 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: FUNÇÕES GERAIS .....	17
2.1.2 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: FUNÇÕES SOCIAIS .....	18
2.1.3 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: FUNÇÕES ECONÓMICAS .....	20
2.1.4 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: OUTRAS FUNÇÕES.....	21
2.2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR NUTS III .....	22
2.2.1 ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA .....	23
2.2.2 LEZÍRIA DO TEJO .....	24
2.2.3 MÉDIO TEJO .....	25
2.2.4 OESTE.....	26
2.3 INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR FUNÇÕES, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	27
<b>CAPÍTULO III. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO, ENTRE 2015 E 2019 .....</b>	<b>29</b>
3.1 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, NA RLVT .....	29
3.2 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO, POR NUTS III .....	30
3.3 PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	31
<b>CAPÍTULO IV. INDICADORES DE GESTÃO DO INVESTIMENTO - EVOLUÇÃO ENTRE 2015 E 2019 .....</b>	<b>33</b>
4.1 PESO DO INVESTIMENTO NAS DESPESAS TOTAIS.....	33
4.1.1 EVOLUÇÃO DO PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO NAS DESPESAS TOTAIS DA RLVT .....	33
4.1.2 EVOLUÇÃO DO PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III .....	33
4.1.3 PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO POR MUNICÍPIO, 2019 .....	34
4.2 GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO PELAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO .....	36
4.2.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO INVESTIMENTO, NA RLVT .....	36
4.2.2 EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO INVESTIMENTO, POR NUTS III .....	37
4.2.3 GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM INVESTIMENTO PELAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	38
4.3 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL.....	39
4.3.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, NA RLVT .....	39
4.3.2 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR NUTS III.....	40
4.3.3 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	40
4.4 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO POR FUNÇÕES .....	42
4.4.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO POR FUNÇÕES, NA RLVT .....	42
4.4.2 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR GRANDES FUNÇÕES, POR NUTS III.....	43

4.4.3	GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR GRANDES FUNÇÕES, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	44
4.5	INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA.....	46
4.5.1	EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA, NA RLVT.....	46
4.5.2	EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA, POR NUTS III .....	47
4.5.3	INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA, POR MUNICÍPIO, 2019 .....	48
4.6	INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM2 .....	51
4.6.1	EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM2, NA RLVT .....	51
4.6.2	EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM2, POR NUTS III.....	52
4.6.3	INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM2, POR MUNICÍPIO, 2019.....	53
CAPÍTULO V. NOTAS FINAIS .....		56
BIBLIOGRAFIA .....		60
WEBGRAFIA.....		60

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Evolução do investimento direto e indireto, de 2015 a 2019.....	13
Tabela 2 – Evolução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	14
Tabela 3 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019.....	16
Tabela 4 – Subfunções de FUNÇÕES GERAIS.....	17
Tabela 5 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2015 a 2019.....	17
Tabela 6 – Subfunções de FUNÇÕES SOCIAIS.....	18
Tabela 7 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2015 a 2019.....	19
Tabela 8 – Subfunções de FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	20
Tabela 9 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2015 a 2019.....	20
Tabela 10 – Subfunções de OUTRAS FUNÇÕES.....	21
Tabela 11 – Evolução do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2015 a 2019.....	21
Tabela 12 – Evolução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	22
Tabela 13 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – AML.....	23
Tabela 14 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – Lezíria do Tejo.....	24
Tabela 15 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – Médio Tejo.....	25
Tabela 16 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – Oeste.....	26
Tabela 17 – Evolução das principais fontes de receita para financiamento do investimento municipal, de 2015 a 2019.....	29
Tabela 18 – Evolução do financiamento do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	31
Tabela 19 – Evolução do peso do investimento municipal nas despesas totais, de 2015 a 2019.....	33
Tabela 20 – Evolução do peso do investimento municipal nas despesas totais, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	34
Tabela 21 – Evolução do grau de cobertura das despesas de investimento pelas principais fontes de financiamento, de 2015 a 2019.....	36
Tabela 22 – Evolução do grau de cobertura do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	37
Tabela 23 – Grau de cobertura das despesas com investimento pelas principais fontes de financiamento, por município, em 2019.....	38
Tabela 24 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, de 2015 a 2019.....	39
Tabela 25 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	40
Tabela 26 – Grau de execução do investimento, por município, em 2019.....	41
Tabela 27 – Evolução do grau de execução do investimento previsto, por grandes funções, de 2015 a 2019.....	42
Tabela 28 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por grandes funções, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	43
Tabela 29 – Grau de execução do investimento previsto por grandes funções e por município, em 2019.....	45
Tabela 30 – Evolução do investimento municipal <i>per capita</i> RLVT, de 2015 a 2019.....	46
Tabela 31 – Evolução do investimento municipal <i>per capita</i> , por NUTS III, de 2015 a 2019.....	47
Tabela 32 – Investimento <i>per capita</i> por município, 2019.....	48
Tabela 33 – Evolução do investimento municipal por Km <sup>2</sup> na RLVT, de 2015 a 2019.....	51
Tabela 34 – Evolução do investimento municipal por Km <sup>2</sup> , por NUTS III, de 2015 a 2019.....	52
Tabela 35 – Investimento por km <sup>2</sup> por município, 2019.....	53
Gráfico 1 – Evolução do investimento municipal, de 2015 a 2019.....	13
Gráfico 2 – Evolução do investimento direto e indireto, de 2015 a 2019.....	13
Gráfico 3 – Evolução do investimento direto e indireto, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	14
Gráfico 4 – Investimento direto e indireto, por município, em 2019.....	15
Gráfico 5 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019.....	16
Gráfico 6 – Estrutura do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019.....	17
Gráfico 7 – Evolução do investimento municipal em funções gerais, de 2015 a 2019.....	18
Gráfico 8 – Estrutura do investimento municipal em Funções Gerais, de 2015 a 2019.....	18
Gráfico 9 – Evolução do investimento municipal em funções sociais, de 2015 a 2019.....	19
Gráfico 10 – Estrutura do investimento municipal em Funções Sociais, de 2015 a 2019.....	20
Gráfico 11 – Evolução do investimento municipal em funções económicas, de 2015 a 2019.....	20
Gráfico 12 – Estrutura do investimento municipal em Funções Económicas, de 2015 a 2019.....	21
Gráfico 13 – Evolução do investimento municipal em outras funções, de 2015 a 2019.....	22
Gráfico 14 – Estrutura do investimento municipal em Outras Funções, de 2015 a 2019.....	22
Gráfico 15 – Evolução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	23
Gráfico 16 – Distribuição do investimento municipal de acordo com as grandes funções e por NUTS III, em 2019.....	27
Gráfico 17 – Distribuição do investimento por grandes funções, por município, em 2019.....	28
Gráfico 18 – Evolução das principais fontes de financiamento do investimento municipal na RLVT, de 2015 a 2019.....	30
Gráfico 19 – Principais fontes de financiamento do investimento, de 2015 a 2019.....	30
Gráfico 20 – Evolução do financiamento do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	31
Gráfico 21 – Principais fontes de receita para financiamento do investimento municipal, em 2019.....	31
Gráfico 22 – Fontes de receita para financiamento do investimento, por município, em 2019.....	32
Gráfico 23 – Evolução do peso do investimento direto e indireto nas despesas totais, de 2015 a 2019.....	33
Gráfico 24 – Evolução do peso do investimento direto e indireto, nas despesas totais, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	34
Gráfico 25 – Peso do investimento no total das despesas municipais, em 2019.....	34
Gráfico 26 – Peso do investimento direto e indireto no total das despesas, por município, em 2019.....	35
Gráfico 27 – Evolução do grau de cobertura do investimento, na RLVT, de 2015 a 2019.....	36
Gráfico 28 – Evolução do grau de cobertura do investimento, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	37
Gráfico 29 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, de 2015 a 2019.....	39
Gráfico 30 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	40
Gráfico 31 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019.....	43
Gráfico 32 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por grandes funções, por NUTS III, de 2015 a 2019.....	44
Gráfico 33 – Grau de execução do investimento previsto por grandes funções e por NUTS III, em 2019.....	44
Gráfico 34 – Dispersão do grau de execução do investimento previsto por grandes funções e por município, em 2019.....	44
Gráfico 35 – Evolução do investimento municipal <i>per capita</i> , na RLVT, de 2015 a 2019.....	46

Gráfico 36 – Dispersão do investimento municipal per capita, na RLVT, de 2015 a 2019 .....	47
Gráfico 37 – Evolução do investimento municipal per capita, na RLVT, de 2015 a 2019 .....	48
Gráfico 38 – Variação do investimento per capita dos municípios da RLVT, por NUTS III, em 2019 .....	49
Gráfico 39 – Investimento per capita dos municípios da AML, em 2019 .....	49
Gráfico 40 – Investimento per capita dos municípios da Lezíria do Tejo, em 2019 .....	50
Gráfico 41 – Investimento per capita dos municípios Médio Tejo, em 2019 .....	50
Gráfico 42 – Investimento per capita dos municípios do Oeste, em 2019 .....	51
Gráfico 43 – Evolução do investimento municipal por Km2, na RLVT, de 2015 a 2019 .....	51
Gráfico 44 – Dispersão do investimento municipal por Km2, na RLVT, de 2015 a 2019 .....	52
Gráfico 45 – Evolução do investimento municipal por Km2, na RLVT, de 2015 a 2019 .....	53
Gráfico 46 – Investimento por Km2 dos municípios da AML, em 2019 .....	54
Gráfico 47 – Investimento por Km2 dos municípios da Lezíria do Tejo, em 2019 .....	55
Gráfico 48 – Investimento por Km2 dos municípios Médio Tejo, em 2019 .....	55
Gráfico 49 – Investimento por Km2 dos municípios do Oeste, em 2019 .....	56

**LISTA DE ABREVIATURAS**

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CE	Classificação Económica
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
FAM	Fundo de Apoio Municipal
FEF capital	Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital
INE	Instituto Nacional de Estatística
LT	Lezíria do Tejo
M€	Milhões de euros
MT	Médio Tejo
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O	Oeste
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
SIIAL	Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UE	União Europeia

## APRESENTAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa<sup>1</sup> e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades intermunicipais (RFALEI)<sup>2</sup>, dispõem que os municípios dispõem de património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, sendo a tutela sobre a sua gestão meramente inspetiva.

A autonomia financeira dos municípios concretiza-se nos seguintes poderes conferidos aos seus órgãos:

- i)* Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas;
- ii)* Gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto
- iii)* Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos;
- iv)* Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas;
- v)* Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas;
- vi)* Aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.

Em 2014 entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais<sup>3</sup>, alterando o quadro legislativo e definindo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Este regime financeiro foi objeto de republicação em 2018<sup>4</sup>, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Por outro lado, atendendo ao adiamento<sup>5</sup>, no que reporta à administração local, da entrada em vigor do novo regime contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o sistema contabilístico em vigor no âmbito do período de análise deste estudo foi o do POCAL<sup>6</sup>.

Na grande missão que é a promoção do crescimento económico e do bem-estar social, procurando-se também a sustentabilidade das finanças públicas, a despesa pública, e no caso do objeto alvo deste estudo, as despesas com investimentos públicos, são da maior importância, na medida em que visam o crescimento a longo prazo e apresentam um carácter mais produtivo.

Face à proximidade territorial e social entre as autarquias locais e as respetivas populações, a concretização de investimentos é uma das formas de intervenção privilegiadas dos municípios.

No sentido de permitir um melhor conhecimento desta realidade na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), com base nos dados disponíveis<sup>7</sup>, desenvolveu-se este trabalho, analisando-se a evolução das despesas municipais com investimentos entre os anos de 2015 e 2019, com destaque para os registos deste último ano.

No presente estudo, optou-se por considerar o investimento definido como tal pelos municípios, por um lado na ótica económica, por consulta ao mapa do Controlo Orçamental da Despesa, por outro na ótica funcional, com base na execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), dado que apenas nesta sede é possível estudar o investimento com base nas funções a que se destina.

<sup>1</sup> Artigo 238.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa.

<sup>2</sup> Artigo 6.º do RFALEI, que foi aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, n.º 69/2015, de 16 de julho, n.º 132/2015, de 4 de setembro, n.º 7-A/2016, de 30 de março, e n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

<sup>3</sup> Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro – Lei das Finanças Locais.

<sup>4</sup> Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto que altera a Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro.

<sup>5</sup> Conforme o disposto no art.º 79 do DL de Execução Orçamental 2018.

<sup>6</sup> O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o sistema contabilístico das autarquias locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002.

<sup>7</sup> Documentos de prestação de contas dos municípios e aplicação SIIAL (DGAL).

No caso da ótica funcional, considerou-se o investimento reportado pelos municípios no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL)<sup>8</sup>, mapa de *Execução do Plano Plurianual de Investimentos*<sup>9</sup>.

No PPI são registadas fundamentalmente as despesas com a “aquisição de bens de capital”. Podem ainda constar outros tipos de investimento classificados como despesas com “transferências de capital” (CE 08) para outras entidades e “ativos financeiros” (CE 09), sendo, neste caso, incluídos maioritariamente os encargos dos municípios com a participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM). Em 2019, 29 municípios refletiram neste mapa exclusivamente as despesas com a “aquisição de bens de capital”, enquanto 23 municípios optaram por refletir também outras despesas de investimentos, efetuadas através das “transferências de capital” e dos “ativos financeiros”.

Atente-se também que o tratamento de dados relativos ao investimento incidiu sobre informação ao nível municipal, não se incluindo o perímetro do sector empresarial local.

O investimento pode ser definido como a formação de “capital fixo”, sendo o capital o conjunto de bens físicos duradouros produzidos com o fim de ajudar à produção de outros bens.

Como referido, o investimento foi analisado na ótica de caixa, entendendo-se como **investimento direto** as despesas classificadas como aquisição de bens de capital<sup>10,11</sup> e como **investimento indireto** aquele que resulta das transferências dos municípios para outras entidades, com a natureza de despesa de capital.

A ótica económica foi conjugada com a ótica funcional<sup>12</sup> através do PPI e o investimento foi apresentado, de acordo com a seguinte desagregação, em termos de grandes funções: gerais, sociais, económicas e outras. Estas, por sua vez, desagregam-se em subfunções:

- As **funções gerais** abrangem os *serviços gerais da administração pública, a segurança e ordem públicas, a proteção civil e luta contra incêndios e a polícia municipal*.
- As **funções sociais** incluem a *educação, a saúde, a segurança e ação sociais, a habitação e serviços coletivos, o ordenamento do território, o saneamento, o abastecimento de água, os resíduos sólidos, a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, os serviços culturais, recreativos e religiosos, a cultura, o desporto, o recreio e lazer e as outras atividades cívicas e religiosas*.
- Nas **funções económicas** constam os investimentos com a *agricultura, a pecuária, a silvicultura, a caça e pesca, a indústria e energia, os transportes e comunicações, os transportes rodoviários, os transportes fluviais, o comércio e turismo, os mercados e feiras, o turismo e as outras funções económicas*.
- Na categoria **outras funções** são apresentadas as despesas com as *operações da dívida autárquica, as transferências entre administrações e as diversas não especificadas*.

Em termos de metodologia, este estudo inicia-se pela análise da situação evolutiva do investimento dos municípios da RLVT, no período compreendido entre 2015 e 2019, tendo em conta a sua natureza económica, analisando-se o investimento direto e indireto, e a sua natureza funcional, sendo caracterizado em termos das suas funções gerais, sociais, económicas e outras.

<sup>8</sup> Esta informação, ao nível de somatório global, foi validada com os valores apurados nos documentos de prestação de contas dos municípios.

<sup>9</sup> Nas prestações de contas a apresentação da informação pelos municípios nos mapas de *Execução do Plano Plurianual de Investimentos* assume grande diversidade, coexistindo uma multiplicidade de classificações das despesas de investimento, dificultando e tornando mesmo incompatível um tratamento estatístico normalizado. Este constrangimento foi ultrapassado com recurso aos dados registados no SIIAL pelos municípios. Nota de exceção para o município de Amadora, uma vez que os registos nos mapas de execução do PPI entre 2015 e 2019 não se encontram desagregados no SIIAL, optando-se, neste caso, por considerar, como fonte de dados, os registados nos mapas de prestação de contas.

<sup>10</sup> O conceito tem por base o classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14.02.

<sup>11</sup> A aquisição de bens de capital, ou classificação económica 07, abrange “Investimentos”, “Locação financeira” e “Bens de domínio público”.

<sup>12</sup> A classificação funcional está consagrada no ponto 2.5.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.º 315/2000, de 2 de dezembro e n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro.

Para o mesmo período, foi feita uma abordagem às principais fontes de financiamento do investimento, esta tendo por base a informação contida no mapa de Controlo Orçamental da Receita.

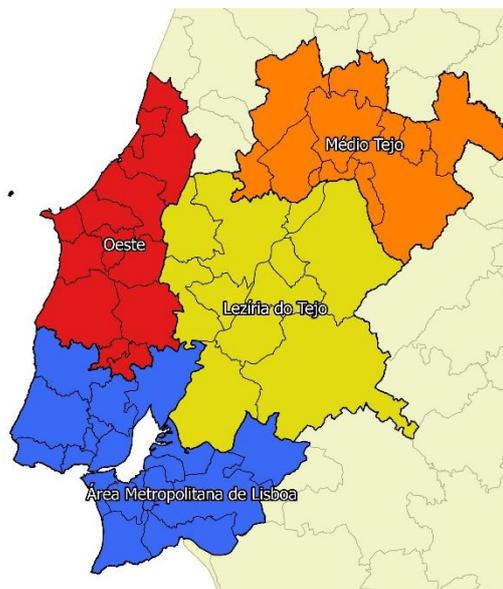
O trabalho prossegue com a análise de um conjunto de indicadores de gestão ao nível do investimento municipal, em termos do seu peso nas despesas totais, do grau de cobertura das despesas de investimento pelas principais fontes de financiamento, da estrutura do investimento realizado e do grau de execução dos investimentos previstos, ao nível económico e funcional bem como do seu impacto *per capita* e por km<sup>2</sup>.

Por fim um conjunto de notas finais conclui o estudo.

A agregação da informação ao nível regional (RLVT) foi complementada com a distribuição dos investimentos por sub-regiões (NUTS III), entre 2015 e 2019, desenvolvendo-se uma breve análise municipal relativa ao último ano deste período evolutivo.

Assim, a exemplo de outros relatórios desenvolvidos, a delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR LVT<sup>13</sup>, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III<sup>14</sup>:

- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**<sup>15</sup> – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;
- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.



<sup>13</sup> O Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, e foi alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 68/2014, de 8 de maio, e 24/2015, de 6 de fevereiro.

<sup>14</sup> Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos.

<sup>15</sup> Note-se que a desagregação utilizada difere da prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na área geográfica correspondente à Comunidade intermunicipal do Médio Tejo estão ainda incluídos os Municípios de Sertã e Vila de Rei, que não se integram na área geográfica abrangida pela CCDRLVT, nos termos da respetiva lei orgânica.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

Entre 2015 e 2019, o **investimento médio anual**, realizado pelo conjunto dos 52 municípios da área de atuação da RLVT, decorrente das despesas com o investimento direto (aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital), foi de **496,60 milhões de euros (M€)**, representando um peso médio de **18,5%** no total das despesas pagas.

Ao longo do período evidenciou-se uma tendência crescente, com gastos em investimento que em **2019 (673,67 M€)** duplicaram relativamente aos de 2015, observando-se em 43 municípios aumentos das suas despesas em investimento.

Em média, no total do período em análise, o peso das despesas com a aquisição de bens de capital foi 5 vezes superior ao de transferências de capital atribuídas as outras entidades.

Também em **2019**, o peso investimento direto foi superior ao peso investimento indireto, no total das despesas municipais, apresentando pesos, respetivamente, de **17,8% e de 4,7%** na RLVT.

### INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR FUNÇÕES

Na RLVT, comparando o exercício financeiro de 2015 com o de 2019, verificou-se que o crescimento do investimento municipal se materializou em todas as suas tipologias funcionais, designadamente funções gerais, sociais, económicas e outras.

No conjunto dos 5 anos, foi nas **funções sociais** (59,8%) que se registou o maior volume de investimentos. O investimento municipal não setorializado – aplicado em **funções gerais** (20,5%), assumiu o segundo papel mais importante a partir de 2015. As **funções económicas** registaram o terceiro maior peso no investimento realizado, representando 15,2% do investimento total. Por sua vez o investimento nas **outras funções** atingiu os 4,4%.

O investimento em funções sociais predominou também em **2019**, apresentando um peso de 60,6% no total do investimento municipal efetuado na RLVT. Seguiram-se as funções gerais, representativas de 17,4% do investimento, as funções económicas (15,0%) e as outras funções (7,1%).

### FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

O conjunto das principais **fontes de financiamento do investimento municipal** realizado na RLVT, entre 2015 e 2019, **média anual de 1.243 M€**, apresenta um crescimento contínuo anual, refletindo uma tendência de crescimento em termos da origem das suas fontes.

No seu total estas **fontes de financiamento** representaram **38,3% do total de receita cobrada bruta** durante aquele período.

O saldo da gerência anterior refletiu uma dinâmica de crescimento contínua, mais que triplicando entre 2015 e 2019 (+245,9%). Observa-se ao longo do período em análise uma maior disponibilidade do saldo de gerência anterior que tem reforçado as receitas dos municípios, com reflexos ao nível do investimento.

Também entre 2015 e 2019, as receitas provenientes dos empréstimos a médio e longo prazo, do FEF de capital, da venda de bens de investimento e da poupança corrente revelaram acréscimos anuais.

Os fundos comunitários e as outras transferências de capital registam igualmente uma tendência crescente, ultrapassando-se os valores de 2015.

Em 2019, surgiu uma nova fonte de transferências de capital, receitas de capital ao abrigo do art 35º nº 3 da Lei 73/2013, reforçando o financiamento do investimento em 14,24 M€, na RLVT.

A **poupança corrente** resultou na maior fonte de financiamento do investimento (peso de **48,3%** no conjunto das fontes de financiamento elencadas, no total dos 5 anos).

As receitas provenientes do **Saldo de Gerência Anterior** assumiram o segundo papel mais importante (**28,5%** no total dos 5 anos).

Seguiram-se as receitas com a **venda de bens de investimento (8,1%)**, os **empréstimos de médio e longo prazo** contratualizados durante aquele período (**8,0%**) e os **fundos comunitários (3,1%)**.

Em **2019**, a poupança corrente e o saldo da gerência anterior constituíram-se como as principais fontes de financiamento, apresentando um peso de 37,9% e 31,2%, respetivamente, na RLVT. Seguiram-se as receitas provenientes da venda de bens de investimento (16,2%), de empréstimos a médio e longo prazo (7,4%) e as decorrentes dos fundos comunitários de capital (2,8%).

#### **GRAU DE COBERTURA DO INVESTIMENTO**

Entre 2015 e 2019, a **taxa de cobertura foi de 39,9%**, ou seja as fontes de financiamento mais que cobriram a necessidade de gastos em investimento, havendo um “excedente” de 60,1% para fazer face a outro tipo de despesas.

No entanto, se às fontes de financiamento retirarmos a poupança corrente (hipoteticamente destinada a outros fins que não o investimento), a taxa de cobertura do investimento sobe para **77,2%**.

Em 2019 verificou-se um grau de cobertura integral dos gastos em investimento de **39,7%**, ligeiramente superior ao registado em 2015, em que ocorreu um grau de cobertura total de **38,6%**.

#### **GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL**

Entre 2015 e 2019, o **grau de execução do investimento médio anual**, atingido pelos municípios da área de atuação da RLVT, foi de **52,7%**.

De uma forma geral, as oscilações ocorridas no grau de execução ao longo dos 5 anos, na RLVT, acabam por revelar uma tendência de descida, passando de **55,4%**, no início do período, para **48,3%**, em 2019.

Entre 2015 e 2019, no todo da RLVT, o **melhor grau de execução anual** do investimento municipal ocorreu em 2019, gastos realizados em **Outras funções (84,2%)**, melhorando em **+36,0%** relativamente a 2015.

O grau de execução das **funções económicas** foi de melhoria genérica, de **48,7%** em 2015 evoluiu para **53,6%** em 2019.

Os graus de execução nas **funções gerais e nas funções sociais** registaram descidas entre 2015 e 2019 (**-28,8%** e **-15,9%**, respetivamente), influenciando a descida ao nível regional.

#### **INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA E POR KM<sup>2</sup>**

Tendo por referência as estimativas anuais da população residente em cada concelho releva-se um crescimento contínuo desde 2015, ano em que cada habitante da RLVT beneficiou de investimento municipal na ordem dos **82,88 €**, melhorando progressivamente até 2019, em que esse rácio foi de **156,09 €/hab**.

Numa abordagem atenta à área geográfica observa-se também a tendência de crescimento anual desde 2015, ano em que a Região beneficiou de investimento municipal na ordem dos **24.465 €/km<sup>2</sup>**, melhorando progressivamente até 2019, em que esse rácio foi de **46.954 €/km<sup>2</sup>**.

## CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA, ENTRE 2015 E 2019

### 1.1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, NA RLVT

Entre 2015 e 2019, o investimento médio anual, realizado pelos municípios da área de atuação da RLVT, decorrente das despesas com o investimento direto (aquisição de bens de capital<sup>16</sup>) e indireto (transferências de capital<sup>17</sup>), foi de 496,60 M€.

Entretanto, ao longo do período, evidenciou-se uma tendência genericamente crescente, duplicando-se em 2019 o valor registado em 2015 (+100,3%, +337,34 M€), observando-se o maior registo em 2019 (673,67 M€).

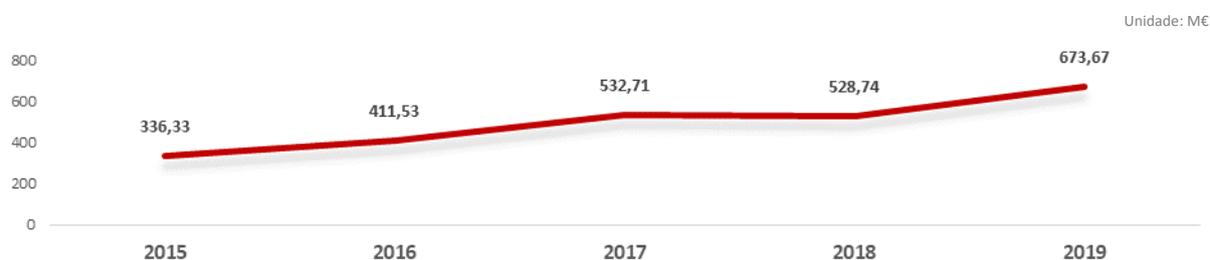
As despesas realizadas com a aquisição de bens de capital foram sempre crescendo, aumentando +88,5% entre 2015 e 2019, enquanto as transferências de capital revelaram uma ligeira descida em 2018, sendo em 2019 superiores em +161,9% face aos valores de 2015.

Tabela 1 – Evolução do investimento direto e indireto, de 2015 a 2019

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: Milhões de euros	
						Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	282,28	332,76	451,03	463,29	532,10	14,9	88,5
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	54,05	78,78	81,68	65,45	141,57	116,3	161,9
<b>Total</b>	<b>336,33</b>	<b>411,53</b>	<b>532,71</b>	<b>528,74</b>	<b>673,67</b>	<b>27,4</b>	<b>100,3</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 1 – Evolução do investimento municipal, de 2015 a 2019



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 2 – Evolução do investimento direto e indireto, de 2015 a 2019



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>16</sup> Classificação económica / agrupamento da despesa 07.

<sup>17</sup> Classificação económica / agrupamento da despesa 08.

## 1.2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III

A tendência revelada pelo investimento municipal na RLVT foi muito influenciada pela dinâmica dos municípios da AML, onde o crescimento do investimento foi de +144,8%, entre 2015 e 2019. Relativamente às outras sub-regiões, embora com taxas evolutivas percentualmente menores, verificou-se em todas um crescimento do investimento neste período.

Entre 2015 e 2019, 43 municípios da RLVT registaram aumentos das suas despesas em investimento.

Comparando a tendência evolutiva de 2019 face ao ano anterior, evidencia-se um crescimento em todas as sub-regiões, registando-se na RLVT uma taxa de +27,4%.

Ainda assim, entre 2018 e 2019, apenas 35 dos 52 municípios da RLVT registaram aumentos das suas despesas em investimento.

**Tabela 2 – Evolução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019**

Unidade: M€

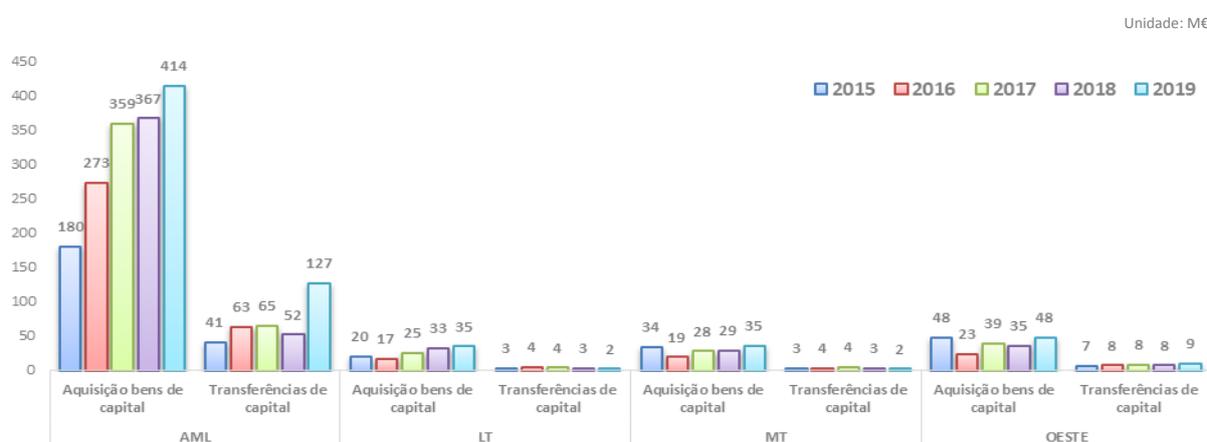
Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	221,10	336,49	424,55	418,51	541,19	29,3	144,8
LEZÍRIA DO TEJO	23,91	21,54	29,06	35,63	37,00	3,8	54,7
MÉDIO TEJO	36,73	22,63	32,52	31,83	37,81	18,8	2,9
OESTE	54,59	30,87	46,58	42,76	57,68	34,9	5,7
<b>RLVT</b>	<b>336,33</b>	<b>411,53</b>	<b>532,71</b>	<b>528,74</b>	<b>673,67</b>	<b>27,4</b>	<b>100,3</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

A despesa com a realização de investimento rondou os 673,67 M€, 22,5% do total de despesas pagas pelo conjunto dos 52 municípios da Região, em 2019. A grande maioria, 541,19 M€ (80,3%), foi realizada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente pelo município de Lisboa<sup>18</sup>, com um investimento correspondente a 31,9% do investimento da RLVT, ou seja cerca de 1/3.

Seguiram-se as NUTS III do Oeste, com 8,6% do total de despesas em investimento direto e indireto, e Lezíria do Tejo e Médio Tejo (cada uma com 5,5% do investimento regional).

**Gráfico 3 – Evolução do investimento direto e indireto, por NUTS III, de 2015 a 2019**



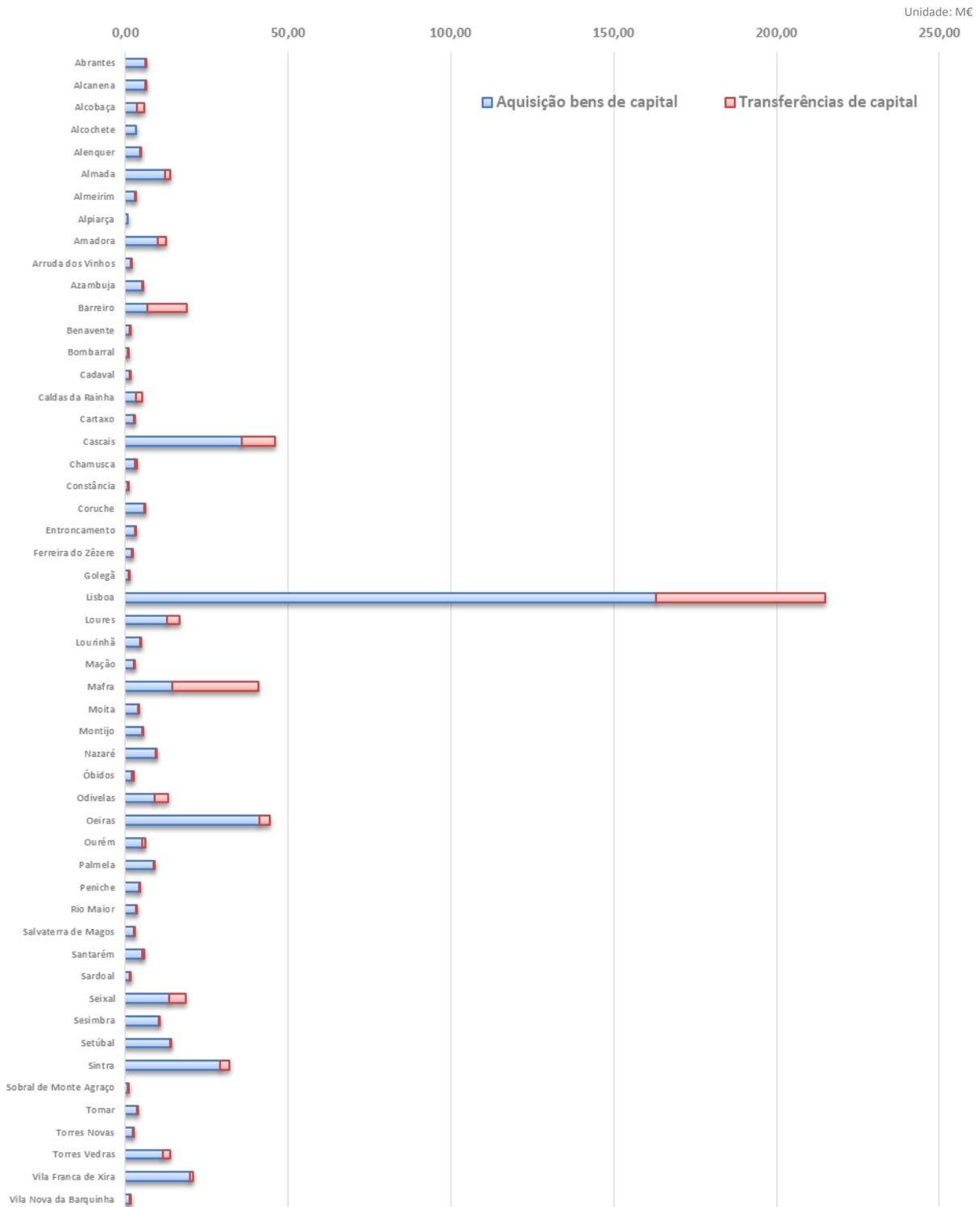
Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>18</sup> Influenciado pela aquisição de imóveis ao IGSS no âmbito do programa do município de promoção de habitações a rendas acessíveis.

### 1.3 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR MUNICÍPIO, 2019

Em 2019, o investimento municipal registado pelos municípios da RLVT, na sua grande maioria através da aquisição de bens de capital, revelou uma grande heterogeneidade municipal.

Gráfico 4 – Investimento direto e indireto, por município, em 2019



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

## CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR FUNÇÕES, ENTRE 2015 E 2019

### 2.1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR GRANDES FUNÇÕES, NA RLVT

A evolução do investimento municipal, agora abordado numa ótica funcional<sup>19</sup>, realizado na RLVT entre 2015 e 2019, embora sempre crescente em termos regionais, reflete tendências distintas, em termos da tipologia das funções a que se destinou.

O investimento nas **FUNÇÕES SOCIAIS** e **ECONÓMICAS** apresenta uma tendência genericamente crescente, evolução positiva de +100,4% e +78,9%, respetivamente, entre 2015 e 2019, revelando diminuições nos seus valores apenas em 2018.

Já o investimento nas **FUNÇÕES GERAIS** registou uma evolução sempre crescente, à exceção de 2019, evidenciando apesar disso um acréscimo de +51,9%, entre 2015 e 2019. Nos gastos ocorridos com as **OUTRAS FUNÇÕES**, as descidas e subidas anuais sucessivas acabaram por resultar num crescimento em +188,7%, entre 2015 e 2019.

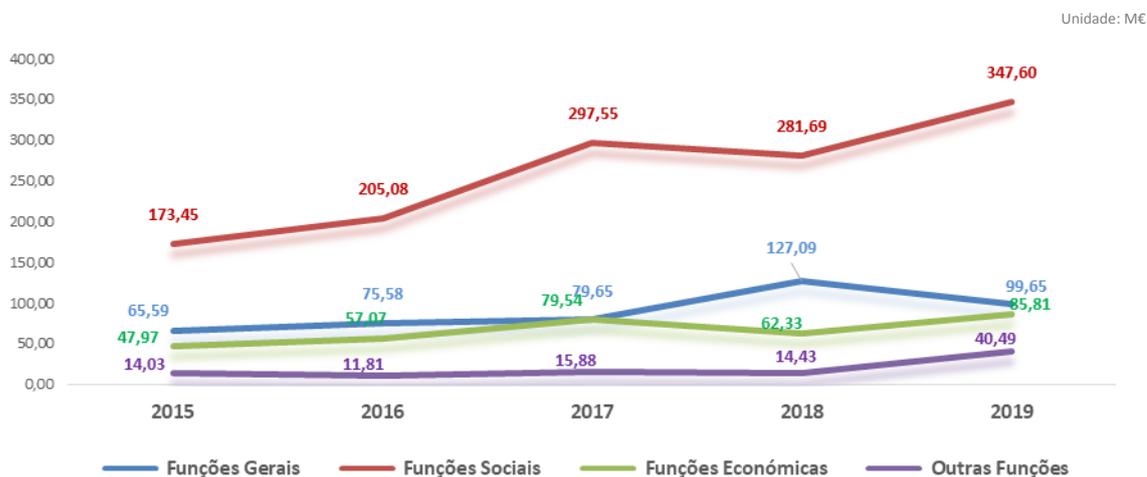
**Tabela 3 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019**

Unidade: Milhões de euros

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
FUNÇÕES GERAIS	65,59	75,58	79,65	127,09	99,65	-21,6	51,9
FUNÇÕES SOCIAIS	173,45	205,08	297,55	281,69	347,60	23,4	100,4
FUNÇÕES ECONÓMICAS	47,97	57,07	79,54	62,33	85,81	37,7	78,9
OUTRAS FUNÇÕES	14,03	11,81	15,88	14,43	40,49	180,6	188,7
<b>Total</b>	<b>301,03</b>	<b>349,54</b>	<b>472,62</b>	<b>485,54</b>	<b>573,55</b>	<b>18,1</b>	<b>90,5</b>

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 5 – Evolução do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019**



Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>19</sup> Como referido anteriormente, a análise ao investimento na sua perspetiva funcional teve como fonte de dados o mapa PPI. Neste documento são registadas fundamentalmente as despesas com a aquisição de bens de capital, podendo ainda constar outros tipos de investimento classificados como despesas com transferências de capital para outras entidades e ativos financeiros. Em 2019, 29 municípios refletiram neste mapa exclusivamente as despesas com a aquisição de bens de capital, enquanto 23 municípios optaram por refletir também outras despesas de investimentos, efetuadas através das transferências de capital e dos ativos financeiros. Desta forma, o total do investimento municipal na perspetiva económica (ver capítulo 1) é diferente do apresentado na sua perspetiva funcional.

No conjunto dos 5 anos, foi nas **FUNÇÕES SOCIAIS** (59,8%) que se registou o maior volume de investimentos. O investimento municipal não setorializado – aplicado em **FUNÇÕES GERAIS** (20,5%), assumiu o segundo papel mais importante a partir de 2015. As **FUNÇÕES ECONÓMICAS** registaram o terceiro maior peso no investimento realizado, representando 15,2% do investimento total. Por sua vez, entre 2015 e 2019, o investimento nas **OUTRAS FUNÇÕES** atingiu os 4,4%.

**Gráfico 6 – Estrutura do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019**



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 2.1.1 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: FUNÇÕES GERAIS

Nas **FUNÇÕES GERAIS** encontram-se os investimentos que compreendem as atividades de âmbito geral da administração local.

**Tabela 4 – Subfunções de FUNÇÕES GERAIS**

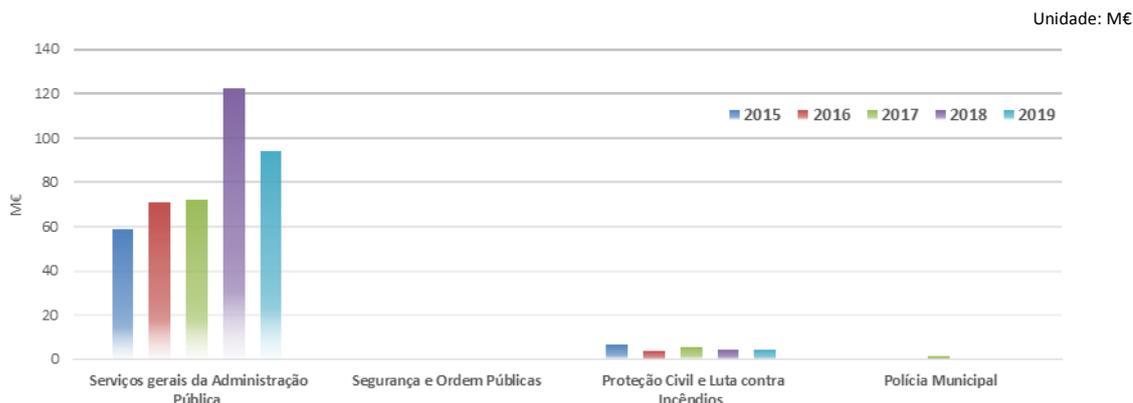
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	<i>Segurança e ordem públicas</i>	<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	<i>Polícia municipal</i>
---	-----------------------------------	---	--------------------------

O investimento realizado em **FUNÇÕES GERAIS** aumentou +51,9% entre 2015 e 2019, numa tendência sempre crescente, à exceção de 2019 (-21,6% face ao ano anterior), resultado da variação negativa das despesas de investimento nos *serviços gerais da administração pública*.

**Tabela 5 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2015 a 2019**

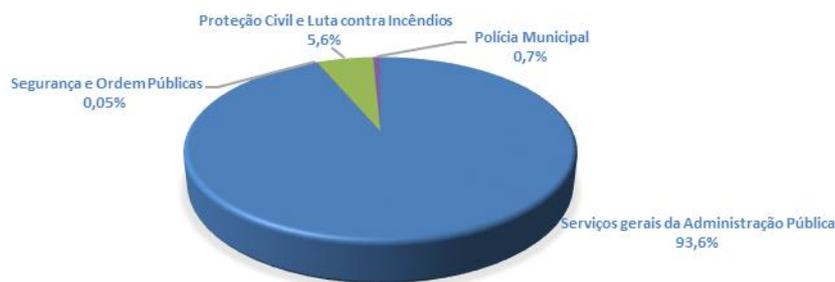
Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: Milhões de euros	
						Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	58,91	71,12	72,16	122,24	94,41	-22,8	60,3
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,00	0,20	0,00	0,01		
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	6,58	4,00	5,67	4,39	4,57	4,0	-30,7
<i>Polícia municipal</i>	0,10	0,46	1,61	0,46	0,67	43,3	577,8
<b>Total FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>65,59</b>	<b>75,58</b>	<b>79,65</b>	<b>127,09</b>	<b>99,65</b>	<b>-21,6</b>	<b>51,9</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 7 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2015 a 2019**

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

É também a subfunção *serviços gerais da administração pública* que apresenta maior relevância no período analisado, abarcando em 93,6% dos investimentos realizados em FUNÇÕES GERAIS, no total dos cinco anos. Os investimentos dos municípios em *proteção civil e luta contra incêndios* (5,6%), *polícia municipal* (0,7%) e *segurança e ordens públicas* (0,05%) tiveram uma relevância menos significativa, em termos comparativos.

**Gráfico 8 – Estrutura do investimento municipal em FUNÇÕES GERAIS, de 2015 a 2019**

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 2.1.2 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: FUNÇÕES SOCIAIS

Nestas funções os investimentos são realizados pelos municípios no âmbito das suas atribuições próprias ou delegadas pela administração central, através de contratos e protocolos.

**Tabela 6 – Subfunções de FUNÇÕES SOCIAIS**

<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>	<i>Segurança e ação sociais</i>	<i>Habitação e serviços coletivos</i>
<i>Ordenamento do território</i>	<i>Saneamento</i>	<i>Abastecimento de água</i>	<i>Resíduos sólidos</i>
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	<i>Cultura</i>	<i>Desporto, recreio e lazer</i>
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>			

O investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS apresenta uma importância significativa nos municípios da RLVT. Em termos evolutivos, o montante destas despesas duplicou, entre 2015 e 2019, tendo ocorrido uma dinâmica pontual de descida em 2018 (-5,3%, face ao ano anterior).

As subfunções sociais que assumem maior preponderância, especialmente a partir de 2016, são o *ordenamento do território* – inclui os investimentos de reabilitação urbana e rural e a elaboração e execução dos planos diretores municipais, bem como a *educação* – engloba os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, as escolas ou centros de educação especial e de educação de adultos e as infraestruturas do desporto escolar que se enquadrem nas competências municipais. Em 2019, na RLVT, deu-se prioridade ao investimento em *habitação e serviços coletivos*, assumindo este um lugar de destaque, mais de ¼ do investimento em funções sociais.

**Tabela 7 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2015 a 2019**

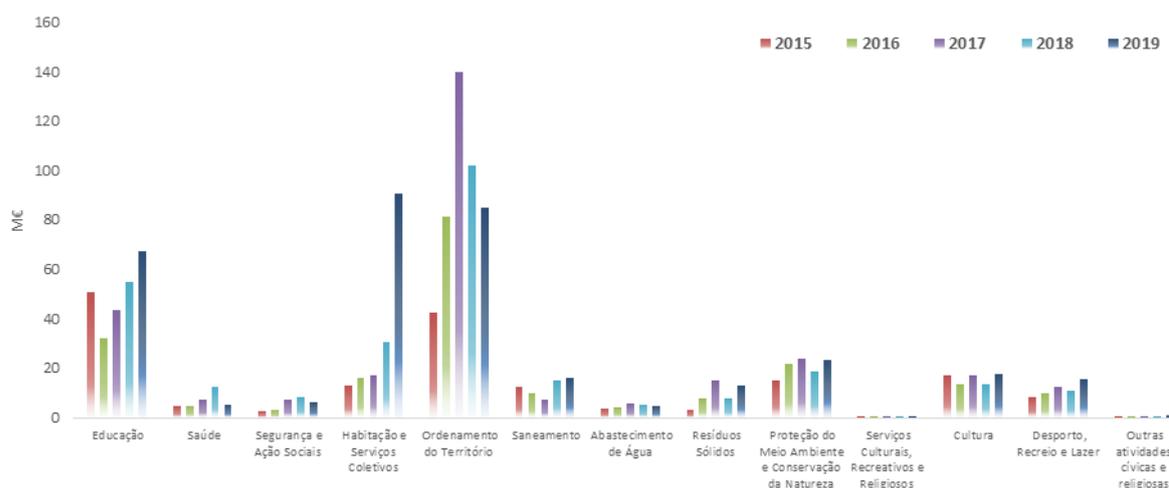
Unidade: Milhões de euros

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
Educação	50,75	32,25	43,52	55,06	67,38	22,4	32,8
Saúde	4,51	4,81	7,14	12,74	5,49	-56,9	21,7
Segurança e ação sociais	2,84	3,24	7,30	8,41	6,48	-22,9	128,3
Habitação e serviços coletivos	12,84	16,00	17,12	30,80	90,93	195,3	607,9
Ordenamento do território	42,42	81,41	140,04	101,92	85,23	-16,4	100,9
Saneamento	12,39	9,93	7,52	15,14	16,21	7,1	30,9
Abastecimento de água	3,90	4,00	5,97	5,25	4,61	-12,2	18,3
Resíduos sólidos	3,15	7,93	14,91	8,01	13,13	63,9	317,1
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	14,88	21,77	24,03	18,81	23,35	24,1	57,0
Serviços culturais, recreativos e religiosos	0,12	0,01	0,03	0,80	0,71	-11,9	506,0
Cultura	17,12	13,37	17,03	13,72	17,76	29,4	3,7
Desporto, recreio e lazer	8,16	9,80	12,74	10,80	15,44	43,0	89,3
Outras atividades cívicas e religiosas	0,36	0,54	0,20	0,23	0,87	282,0	138,6
<b>Total FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>173,45</b>	<b>205,08</b>	<b>297,55</b>	<b>281,69</b>	<b>347,60</b>	<b>23,4</b>	<b>100,4</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 9 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2015 a 2019**

Unidade: M€



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

As despesas de investimento em *ordenamento do território*, em *educação* e em *habitação e serviços coletivos* representaram, respetivamente, 34,6%, 19,1% e 12,8% do investimento em FUNÇÕES SOCIAIS realizado pelos municípios no conjunto dos 5 anos em análise. Com algum destaque, embora menos significativo, referências às despesas de investimento na *proteção do meio ambiente e conservação da natureza* (7,9%), e na *cultura* (6,1%).

**Gráfico 10 – Estrutura do investimento municipal em FUNÇÕES SOCIAIS, de 2015 a 2019**

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 2.1.3 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: FUNÇÕES ECONÓMICAS

**Tabela 8 – Subfunções de FUNÇÕES ECONÓMICAS**

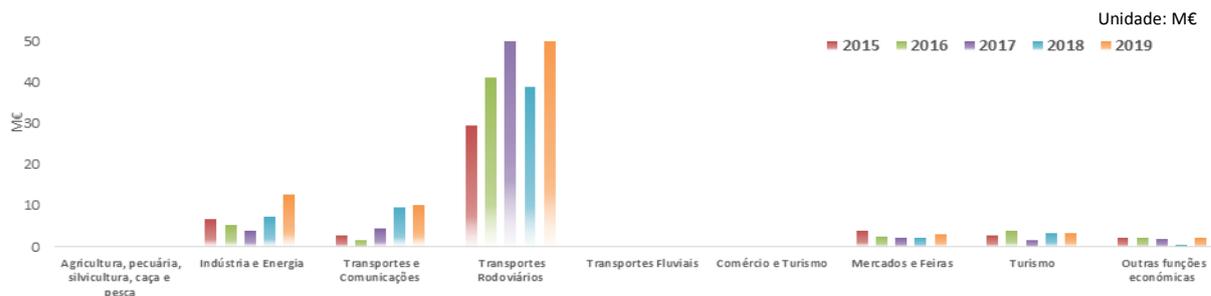
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	<i>Indústria e energia</i>	<i>Transportes e comunicações</i>
<i>Transportes rodoviários</i>	<i>Transportes fluviais</i>	<i>Comércio e turismo</i>
<i>Mercados e feiras</i>	<i>Turismo</i>	<i>Outras funções económicas</i>

Com um acréscimo de +78,9% do valor global, entre 2015 e 2019, o investimento em FUNÇÕES ECONÓMICAS diminuiu -21,6% entre 2017 e 2018, crescendo novamente em 2019 (+37,7%).

**Tabela 9 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2015 a 2019**

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: Milhões de euros	
						Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,01	0,02	0,10	0,32	0,20	-38,4	2927,2
<i>Indústria e energia</i>	6,76	5,48	3,88	7,34	12,73	73,4	88,4
<i>Transportes e comunicações</i>	2,76	1,67	4,52	9,61	10,31	7,3	273,6
<i>Transportes rodoviários</i>	29,57	41,27	64,79	38,86	53,65	38,0	81,4
<i>Transportes fluviais</i>	0,01	0,03	0,02	0,02	0,20	697,0	1219,9
<i>Comércio e turismo</i>	0,08	0,00	0,30	0,01	0,08	771,6	-0,2
<i>Mercados e feiras</i>	3,80	2,45	2,21	2,15	3,03	40,8	-20,3
<i>Turismo</i>	2,80	3,83	1,80	3,34	3,46	3,7	23,9
<i>Outras funções económicas</i>	2,19	2,32	1,92	0,67	2,16	220,9	-1,2
<b>Total FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>47,97</b>	<b>57,07</b>	<b>79,54</b>	<b>62,33</b>	<b>85,81</b>	<b>37,7</b>	<b>78,9</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 11 – Evolução do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2015 a 2019**

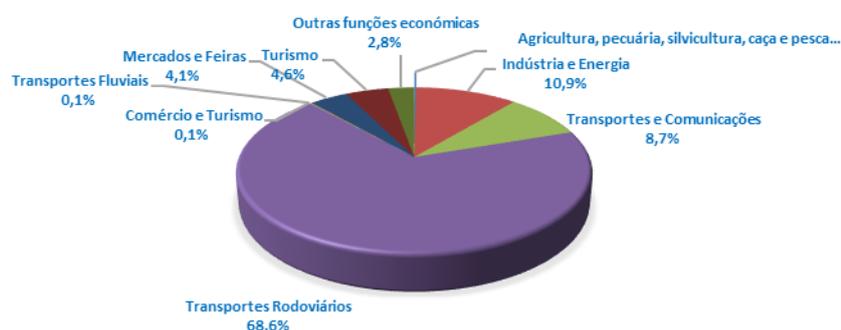
Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Em termos de subfunções económicas, os municípios da RLVT privilegiaram significativamente os *transportes rodoviários* – despesas com os viadutos, a construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização, bem como a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais – atingindo um peso de 68,6% no total do investimento realizado no período em análise.

Outra subfunção que importa mencionar, embora com menor relevância, é a *indústria e energia* – despesas com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais, a iluminação pública e as resultantes dos incentivos à diversificação das fontes de energia e apoio ao transporte e distribuição de energia (10,9%).

Os *transportes e comunicações* (8,7%) têm vindo a assumir uma projeção mais significativa.

**Gráfico 12 – Estrutura do investimento municipal em FUNÇÕES ECONÓMICAS, de 2015 a 2019**



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

#### 2.1.4 O INVESTIMENTO MUNICIPAL: OUTRAS FUNÇÕES

**Tabela 10 – Subfunções de OUTRAS FUNÇÕES**

*Operações da dívida autárquica* | *Transferências entre Administrações* | *Diversas não especificadas*

Tal como enunciado na tabela anterior, o investimento apresentado sob a epígrafe OUTRAS FUNÇÕES engloba as *operações da dívida autárquica*, as *transferências entre Administrações* (para outras entidades da administração central, regional ou autárquica), bem como as despesas *diversas não especificadas* nas restantes rubricas. Nesta função incluem-se também os investimentos que, pela sua natureza, abrangem mais do que uma função. Dado o seu domínio residual, os valores de investimento são naturalmente baixos. Em termos evolutivos, assinala-se uma subida global destas despesas, entre 2015 e 2019 (+188,7%), pese embora a irregularidade anual de descidas e subidas, em especial o seu crescimento em 2019 (+180,6%).

**Tabela 11 – Evolução do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2015 a 2019**

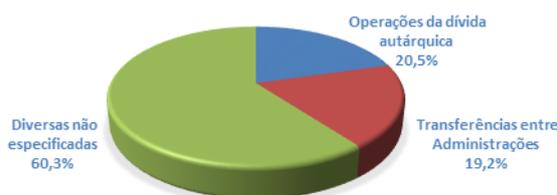
Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
<i>Operações da dívida autárquica</i>	3,98	1,84	4,41	4,66	4,93	5,8	23,6
<i>Transferências entre Administrações</i>	3,64	2,81	2,86	5,31	3,92	-26,3	7,7
<i>Diversas não especificadas</i>	6,40	7,16	8,60	4,46	31,65	609,0	394,1
<b>Total OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>14,03</b>	<b>11,81</b>	<b>15,88</b>	<b>14,43</b>	<b>40,49</b>	<b>180,6</b>	<b>188,7</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 13 – Evolução do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2015 a 2019**

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

A maior relevância é assumida pela subfunção *diversas não especificadas*, devido ao facto de nesta rubrica serem incluídos investimentos multifuncionais.

**Gráfico 14 – Estrutura do investimento municipal em OUTRAS FUNÇÕES, de 2015 a 2019**

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

## 2.2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR NUTS III

No que respeita ao investimento municipal da Região, na sua agregação por funções, destaca-se, por um lado, a relevância que assumem as despesas com o investimento nos municípios da AML, cujos valores absolutos são mais elevados do que os registados nas restantes sub-regiões. Em 2019, o valor do investimento pago pelos municípios da AML foi quase 4 vezes superior aos restantes da região.

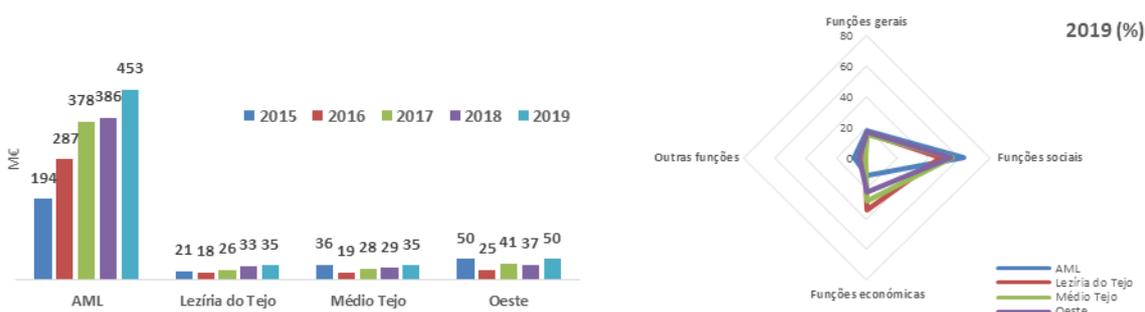
Por outro lado, influenciando a tendência registada ao nível regional, o investimento realizado pelos municípios da AML aumentou +133,8% entre 2015 e 2019 e +17,2% no último período homólogo. Nas restantes NUTS III o investimento municipal realizado em 2019 também refletiu um aumento, tanto no último exercício como relativamente a 2015, à exceção da sub-região do Médio Tejo onde estas despesas desceram, quando comparado o exercício de 2019 com o de 2015 (-2,8%).

**Tabela 12 – Evolução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019**

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	193,54	287,19	378,20	386,22	452,55	17,2	133,8
LEZÍRIA DO TEJO	21,13	17,83	25,60	33,47	35,20	5,2	66,6
MÉDIO TEJO	36,34	19,25	28,16	28,74	35,32	22,9	-2,8
OESTE	50,03	25,27	40,66	37,11	50,47	36,0	0,9
<b>RLVT</b>	<b>301,03</b>	<b>349,54</b>	<b>472,62</b>	<b>485,54</b>	<b>573,55</b>	<b>18,1</b>	<b>90,5</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 15 – Evolução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019



Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 2.2.1 ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

O investimento dos municípios da AML, em 2019, privilegiou as FUNÇÕES SOCIAIS, representativas de mais de metade do seu investimento total (62,7%), revelando-se uma tendência genericamente crescente ao longo do período em análise, com descida em 2018. Destaque para as atividades ligadas à *habitação e serviços coletivos* (19,5%), ao *ordenamento do território* (15,7%) e as afetas à *educação* (10,8%). O investimento realizado na *proteção do meio ambiente e conservação da natureza* depois de atingir um pico em 2017 desceu em 2018 para depois voltar a crescer em 2019, ainda assim detendo um peso de 3,9%.

As FUNÇÕES GERAIS, constituídas quase na sua totalidade pelos *serviços gerais da administração pública*, representaram 17,7% do investimento municipal nesta sub-região, em 2019, fruto de uma evolução sempre crescente, até 2018, ano atípico em que os registos mais que duplicaram relativamente a 2015.

Os investimentos realizados em FUNÇÕES ECONÓMICAS (11,5%) privilegiaram os investimentos em *transportes rodoviários* (8,0%), cuja linha evolutiva subiu significativamente até 2017, caindo em 2018 para valores semelhantes aos de 2014, voltando a crescer em 2019<sup>20</sup>. Ao longo dos 5 anos não foram registados quaisquer investimentos nos *transportes aéreos*.

Tabela 13 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – AML

NUTS III - AML	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: milhões de euros	
						Peso 2019 (%)	
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>49,06</b>	<b>61,23</b>	<b>64,23</b>	<b>111,35</b>	<b>79,93</b>		<b>17,7</b>
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	44,55	58,32	58,08	108,17	76,75		17,0
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,0
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	4,40	2,45	4,55	2,72	2,51		0,6
<i>Polícia municipal</i>	0,10	0,46	1,61	0,46	0,67		0,1
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>109,56</b>	<b>180,89</b>	<b>251,69</b>	<b>227,60</b>	<b>283,57</b>		<b>62,7</b>
<i>Educação</i>	24,08	27,09	31,89	39,37	48,89		10,8
<i>Saúde</i>	3,39	4,25	5,26	10,74	3,87		0,9
<i>Segurança e ação sociais</i>	2,35	3,02	6,53	7,05	5,43		1,2
<i>Habitação e serviços coletivos</i>	11,31	14,30	13,65	28,31	88,32		19,5
<i>Ordenamento do território</i>	28,18	76,43	128,38	89,09	71,00		15,7
<i>Saneamento</i>	5,19	9,40	6,44	13,26	11,54		2,5
<i>Abastecimento de água</i>	2,93	3,02	4,89	4,60	3,70		0,8
<i>Resíduos sólidos</i>	2,49	7,08	13,30	7,34	11,80		2,6
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	11,77	18,91	19,39	11,84	17,78		3,9
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,00	0,00	0,00	0,80	0,57		0,1
<i>Cultura</i>	12,52	9,55	13,48	7,82	9,93		2,2
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	4,98	7,30	8,29	7,20	10,04		2,2
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	0,35	0,52	0,18	0,17	0,71		0,2

<sup>20</sup> Em 2019, o aumento do investimento em transportes rodoviários resultou, em especial, da celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências com a Área Metropolitana de Lisboa. Os municípios da AML beneficiaram da criação de um sistema metropolitano de passes únicos, com tarifários a preços acessíveis e comuns a todos os modos e a todos os operadores públicos e privados.

NUTS III - AML	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019 (%)
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>25,97</b>	<b>36,61</b>	<b>49,50</b>	<b>35,69</b>	<b>52,16</b>	<b>11,5</b>
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,00	0,02	0,01	0,00	0,04	0,0
<i>Indústria e energia</i>	1,96	1,98	2,26	2,14	3,13	0,7
<i>Transportes e comunicações<sup>21</sup></i>	2,46	0,00	1,78	7,80	8,07	1,8
<i>Transportes rodoviários</i>	16,36	27,78	41,26	21,38	36,19	8,0
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Transportes fluviais</i>	0,01	0,02	0,02	0,02	0,20	0,0
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,00	0,27	0,00	0,00	0,0
<i>Mercados e feiras</i>	2,52	1,87	1,68	1,13	0,82	0,2
<i>Turismo</i>	0,83	3,31	1,34	2,74	2,19	0,5
<i>Outras funções económicas</i>	1,82	1,62	0,88	0,48	1,50	0,3
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>8,96</b>	<b>8,47</b>	<b>12,78</b>	<b>11,58</b>	<b>36,90</b>	<b>8,2</b>
<i>Operações da dívida autárquica</i>	3,92	1,75	4,32	4,61	4,87	1,1
<i>Transferências entre administrações</i>	2,11	2,07	1,98	4,43	2,89	0,6
<i>Diversas não especificadas</i>	2,92	4,64	6,48	2,54	29,14	6,4
<b>AML</b>	<b>193,54</b>	<b>287,19</b>	<b>378,20</b>	<b>386,22</b>	<b>452,55</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

## 2.2.2 LEZÍRIA DO TEJO

As FUNÇÕES SOCIAIS foram, também na Lezíria do Tejo, uma área prioritária de investimento, pese embora a sua descida em 2016 e 2019, atingindo um peso de 47,6% do total destas despesas, em 2019. Destaque para o *ordenamento do território* (15,6%), a *educação* (10,6%), *desporto, recreio e lazer* (8,0%) e a *cultura* (5,8%).

As FUNÇÕES ECONÓMICAS absorveram 34,4% do total investido pelos municípios desta NUTS III, revelando-se uma tendência evolutiva sempre crescente à exceção de 2016. O investimento foi em especial aplicado em despesas na *indústria e energia* (18,2%) e nos *transportes rodoviários* (13,9%).

O investimento em FUNÇÕES GERAIS rondou os 16,0%, tendo-se mantido genericamente constante ao longo do período, enquanto os investimentos agregados em OUTRAS FUNÇÕES representaram cerca de 1,9% do investimento municipal na Lezíria do Tejo, em 2019.

Ao longo do período em análise, não foram registados investimentos em *polícia municipal*, nos *transportes aéreos* e ainda nas *operações da dívida autárquica*.

**Tabela 14 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – Lezíria do Tejo**

Unidade: milhões de euros

NUTS III – Lezíria do Tejo	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019 (%)
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>4,89</b>	<b>4,89</b>	<b>3,94</b>	<b>4,04</b>	<b>5,65</b>	<b>16,0</b>
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	4,17	3,84	3,58	3,14	4,67	13,3
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,0
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	0,72	1,05	0,34	0,90	0,97	2,8
<i>Polícia municipal</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>9,29</b>	<b>7,36</b>	<b>14,05</b>	<b>19,06</b>	<b>16,75</b>	<b>47,6</b>
<i>Educação</i>	2,68	1,78	4,07	5,60	3,72	10,6
<i>Saúde</i>	0,03	0,16	0,20	0,02	0,04	0,1
<i>Segurança e ação sociais</i>	0,06	0,06	0,17	0,19	0,21	0,6
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	1,15	0,95	1,47	1,74	0,53	1,5
<i>Ordenamento do território</i>	1,22	1,41	3,57	5,32	5,48	15,6
<i>Saneamento</i>	0,23	0,17	0,25	0,15	0,19	0,5
<i>Abastecimento de água</i>	0,58	0,41	0,34	0,12	0,26	0,7
<i>Resíduos sólidos</i>	0,23	0,24	0,26	0,17	0,46	1,3
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	1,30	0,66	1,24	2,25	0,97	2,8
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,0
<i>Cultura</i>	0,76	0,38	0,59	1,53	2,05	5,8
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	1,05	1,10	1,84	1,96	2,80	8,0
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	0,01	0,02	0,02	0,03	0,03	0,1
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>5,37</b>	<b>4,87</b>	<b>7,00</b>	<b>9,59</b>	<b>12,13</b>	<b>34,4</b>

<sup>21</sup> Em 2019 o valor de 8,07 M€ de investimento em transportes e comunicações, registado na AML, foi exclusivamente executado pelo município de Sintra, despesa realizada essencialmente em rede viária.

NUTS III – Lezíria do Tejo	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019 (%)
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,0
<i>Indústria e energia</i>	1,28	0,60	0,25	3,70	6,40	18,2
<i>Transportes e comunicações</i>	0,07	0,18	0,04	0,07	0,07	0,2
<i>Transportes rodoviários</i>	3,49	3,82	6,33	5,23	4,90	13,9
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Transportes fluviais</i>	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Comércio e turismo</i>	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Mercados e feiras</i>	0,09	0,09	0,28	0,35	0,24	0,7
<i>Turismo</i>	0,10	0,17	0,08	0,22	0,33	0,9
<i>Outras funções económicas</i>	0,26	0,00	0,00	0,01	0,17	0,5
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1,58</b>	<b>0,71</b>	<b>0,61</b>	<b>0,78</b>	<b>0,68</b>	<b>1,9</b>
<i>Operações da dívida autárquica</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Transferências entre administrações</i>	0,29	0,13	0,13	0,30	0,10	0,3
<i>Diversas não especificadas</i>	1,28	0,58	0,48	0,48	0,58	1,6
<b>Lezíria do Tejo</b>	<b>21,13</b>	<b>17,83</b>	<b>25,60</b>	<b>33,47</b>	<b>35,20</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 2.2.3 MÉDIO TEJO

O investimento dos municípios do Médio Tejo em 2019 privilegiou, à semelhança das outras sub-regiões, as FUNÇÕES SOCIAIS, representativas de mais de metade do seu investimento total (55,6%), revelando-se uma tendência crescente apenas a partir de 2016, com valores que não recuperaram os de 2015. Destaque para as atividades afetas à *educação* (14,9%), ligadas ao *ordenamento do território* (11,0%), ao saneamento (9,4%), *cultura* (6,7%) e *proteção do meio ambiente e conservação da natureza* (5,2%).

Os investimentos realizados em FUNÇÕES ECONÓMICAS (28,4%) revelaram uma descida pontual em 2018, tendo-se privilegiado em 2019 os investimentos em *transportes rodoviários* (11,5%) bem como em *transportes e comunicações* (5,6%) e *mercados e feiras* (5,0%).

As FUNÇÕES GERAIS, sempre crescentes, constituídas quase na sua totalidade pelos serviços gerais da administração pública, representaram 15,3% do investimento municipal nesta sub-região, em 2019.

Não foram registados investimentos em *polícia municipal*, *transportes aéreos e fluviais*, entre 2015 e 2019.

**Tabela 15 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – Médio Tejo**

NUTS III – Médio Tejo	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: milhões de euros	
						Peso 2019 (%)	
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>3,26</b>	<b>3,43</b>	<b>4,67</b>	<b>5,44</b>	<b>5,42</b>	<b>15,3</b>	
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	3,11	2,98	3,96	4,83	4,81	13,6	
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,00	0,19	0,00	0,01	0,0	
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	0,15	0,44	0,52	0,61	0,60	1,7	
<i>Polícia municipal</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>25,17</b>	<b>8,61</b>	<b>12,11</b>	<b>13,84</b>	<b>19,63</b>	<b>55,6</b>	
<i>Educação</i>	7,97	1,62	2,08	3,67	5,25	14,9	
<i>Saúde</i>	0,73	0,11	0,14	0,22	0,15	0,4	
<i>Segurança e ação sociais</i>	0,05	0,08	0,17	0,03	0,05	0,1	
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	0,08	0,19	0,54	0,26	0,55	1,6	
<i>Ordenamento do território</i>	3,86	1,89	4,21	3,86	3,87	11,0	
<i>Saneamento</i>	6,63	0,18	0,31	1,04	3,33	9,4	
<i>Abastecimento de água</i>	0,08	0,15	0,32	0,12	0,24	0,7	
<i>Resíduos sólidos</i>	0,09	0,20	0,27	0,06	0,05	0,1	
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	0,93	0,96	1,57	1,62	1,85	5,2	
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,12	0,01	0,00	0,00	0,14	0,4	
<i>Cultura</i>	3,45	2,49	1,34	2,18	2,38	6,7	
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	1,17	0,73	1,17	0,78	1,77	5,0	
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>6,29</b>	<b>6,77</b>	<b>11,07</b>	<b>9,16</b>	<b>10,03</b>	<b>28,4</b>	
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,00	0,00	0,06	0,31	0,09	0,3	
<i>Indústria e energia</i>	1,04	1,85	0,44	0,19	1,25	3,5	
<i>Transportes e comunicações</i>	0,13	1,41	2,58	1,70	1,97	5,6	
<i>Transportes rodoviários</i>	4,23	2,73	6,61	6,12	4,07	11,5	

NUTS III – Médio Tejo	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019 (%)
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Transportes fluviais</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Mercados e feiras</i>	0,67	0,43	0,25	0,62	1,77	5,0
<i>Turismo</i>	0,10	0,03	0,10	0,08	0,39	1,1
<i>Outras funções económicas</i>	0,11	0,32	1,03	0,13	0,48	1,4
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1,61</b>	<b>0,44</b>	<b>0,30</b>	<b>0,30</b>	<b>0,25</b>	<b>0,7</b>
<i>Operações da dívida autárquica</i>	0,05	0,06	0,05	0,00	0,00	0,0
<i>Transferências entre administrações</i>	0,69	0,01	0,04	0,00	0,00	0,0
<i>Diversas não especificadas</i>	0,88	0,37	0,22	0,30	0,25	0,7
<b>Médio Tejo</b>	<b>36,34</b>	<b>19,25</b>	<b>28,16</b>	<b>28,74</b>	<b>35,32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

## 2.2.4 OESTE

Com a preponderância, em termos de grandes funções, das FUNÇÕES SOCIAIS, o investimento municipal no Oeste em 2019 pautou-se por um predomínio das atividades relacionadas com a *educação* (peso de 18,8%, o maior registado entre as NUTS III da RLVT), com o *ordenamento do território* (9,7%), seguido da *cultura* (6,7%) e dos gastos na *proteção do meio ambiente e conservação da natureza* (5,5%). Saliente-se que esta aposta nas FUNÇÕES SOCIAIS tem por exceção o ano de 2016, ano em que as FUNÇÕES ECONÓMICAS apresentaram maior despesa.

As FUNÇÕES ECONÓMICAS absorveram 22,8% do investimento municipal no Oeste em 2019, revelando alternadas descidas e subidas anuais, pautando-se também por um predomínio das atividades em *transportes rodoviários*, representativas de 16,8% do investimento realizado na sub-região, seguindo-se a *indústria e energia* (3,8%).

Destaque também para os gastos em investimento nas FUNÇÕES GERAIS (17,2%), em particular nos *serviços gerais da administração pública*, 16,2% do total investido nesta sub-região em 2019, revelando o seu valor absoluto sucessivas descidas e subidas, desde 2015.

Nos últimos 5 anos não se registaram investimentos em *polícia municipal*, *serviços culturais*, *recreativos e religiosos*, *transportes aéreos* e *transportes fluviais*.

Tabela 16 – Evolução do investimento municipal por funções, de 2015 a 2019 – Oeste

Unidade: milhões de euros

NUTS III – Oeste	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019 (%)
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>8,38</b>	<b>6,03</b>	<b>6,80</b>	<b>6,26</b>	<b>8,66</b>	<b>17,2</b>
<i>Serviços gerais da administração pública</i>	7,08	5,98	6,54	6,10	8,18	16,2
<i>Segurança e ordem públicas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Proteção civil e luta contra incêndios</i>	1,30	0,05	0,27	0,16	0,48	1,0
<i>Polícia municipal</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>29,43</b>	<b>8,22</b>	<b>19,69</b>	<b>21,19</b>	<b>27,65</b>	<b>54,8</b>
<i>Educação</i>	16,02	1,76	5,48	6,43	9,51	18,8
<i>Saúde</i>	0,36	0,29	1,53	1,76	1,43	2,8
<i>Segurança e ação sociais</i>	0,38	0,09	0,44	1,14	0,80	1,6
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	0,31	0,56	1,45	0,48	1,52	3,0
<i>Ordenamento do território</i>	9,15	1,68	3,87	3,66	4,87	9,7
<i>Saneamento</i>	0,34	0,17	0,51	0,70	1,16	2,3
<i>Abastecimento de água</i>	0,31	0,42	0,41	0,41	0,42	0,8
<i>Resíduos sólidos</i>	0,34	0,41	1,09	0,44	0,82	1,6
<i>Proteção do meio ambiente e conservação da natureza</i>	0,88	1,23	1,84	3,10	2,76	5,5
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Cultura</i>	0,39	0,94	1,63	2,20	3,40	6,7
<i>Desporto, recreio e lazer</i>	0,95	0,67	1,45	0,86	0,82	1,6
<i>Outras atividades cívicas e religiosas</i>	0,00	0,00	0,00	0,03	0,14	0,3
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>10,34</b>	<b>8,82</b>	<b>11,98</b>	<b>7,89</b>	<b>11,50</b>	<b>22,8</b>
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,1
<i>Indústria e energia</i>	2,48	1,05	0,93	1,31	1,94	3,8
<i>Transportes e comunicações</i>	0,09	0,07	0,12	0,04	0,19	0,4
<i>Transportes rodoviários</i>	5,48	6,94	10,59	6,13	8,48	16,8
<i>Transportes aéreos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0

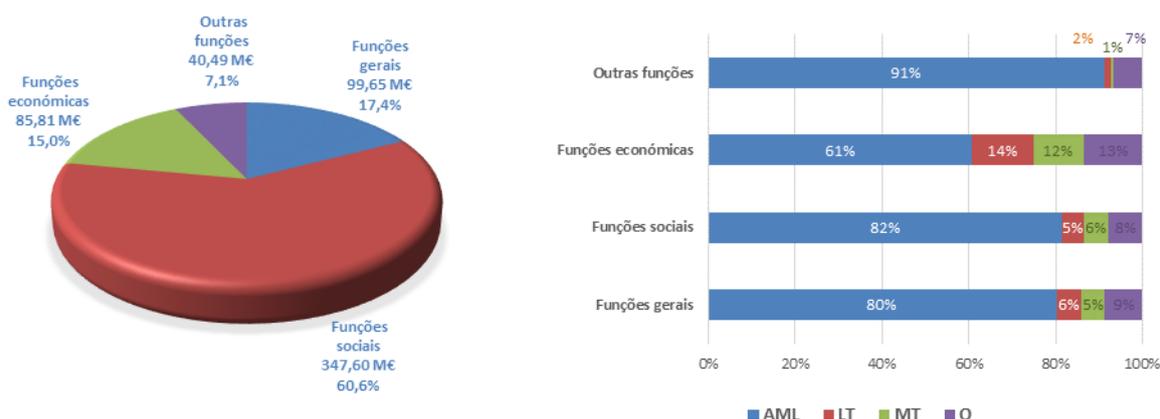
NUTS III – Oeste	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019 (%)
<i>Transportes fluviais</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<i>Comércio e turismo</i>	0,00	0,00	0,03	0,01	0,08	0,2
<i>Mercados e feiras</i>	0,52	0,06	0,01	0,05	0,19	0,4
<i>Turismo</i>	1,76	0,31	0,28	0,30	0,56	1,1
<i>Outras funções económicas</i>	0,00	0,38	0,00	0,05	0,00	0,0
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>1,88</b>	<b>2,19</b>	<b>2,19</b>	<b>1,77</b>	<b>2,66</b>	<b>5,3</b>
<i>Operações da dívida autárquica</i>	0,01	0,03	0,05	0,05	0,06	0,1
<i>Transferências entre administrações</i>	0,55	0,60	0,72	0,57	0,93	1,8
<i>Diversas não especificadas</i>	1,32	1,57	1,42	1,15	1,67	3,3
<b>Oeste</b>	<b>50,03</b>	<b>25,27</b>	<b>40,66</b>	<b>37,11</b>	<b>50,47</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 2.3 INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR FUNÇÕES, POR MUNICÍPIO, 2019

Refletindo a tendência já observada para o período de 2015-2019, o investimento em FUNÇÕES SOCIAIS predominou em 2019, apresentando um peso de 60,6% no total do investimento efetuado na RLVT. Seguiram-se as FUNÇÕES GERAIS, representativas de 17,4% do investimento, as FUNÇÕES ECONÓMICAS (15,0%) e as OUTRAS FUNÇÕES (7,1%).

**Gráfico 16 – Distribuição do investimento municipal de acordo com as grandes funções e por NUTS III, em 2019**



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

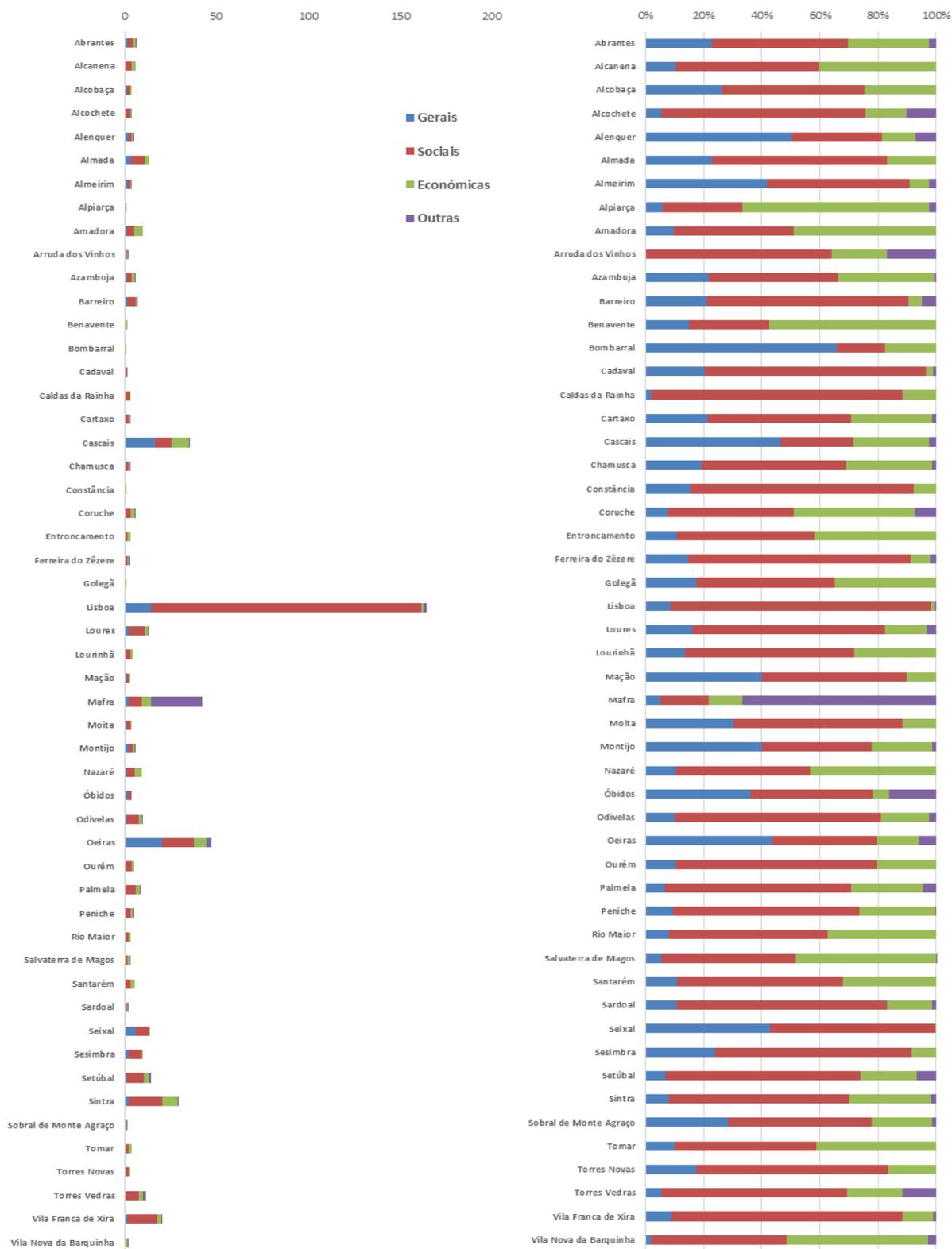
No investimento por NUTS III registado pelos municípios da RLVT, em 2019, na sua análise por grandes funções, destaque para:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, detendo um peso de 78,9% no investimento total regional, enquadra-se uma aplicação no investimento, significativamente maioritário, relativo às FUNÇÕES GERAIS (80,2% do respetivo total na RLVT), às FUNÇÕES SOCIAIS (81,6%) e às OUTRAS FUNÇÕES (91,1%);
- Na Lezíria do Tejo, na qual se registou um peso de 6,1% no investimento total regional releva-se o peso representativo de 14,1%, absorvido por parte das FUNÇÕES ECONÓMICAS;
- No Médio Tejo realizou-se 6,2% do total do investimento regional, destacando-se também a fatia de 11,7% do investimento total realizado no âmbito das FUNÇÕES ECONÓMICAS;
- No Oeste, 8,8% do investimento foi realizado por esta sub-região, salientando-se os 13,4% no total regional investido nas FUNÇÕES ECONÓMICAS.

Os gráficos seguintes evidenciam a grande heterogeneidade municipal, nas suas diferentes opções pela tipologia de investimentos priorizada.

Gráfico 17 – Distribuição do investimento por grandes funções, por município, em 2019

Unidade: M€, %



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

## CAPÍTULO III. EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO, ENTRE 2015 E 2019

### 3.1 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, NA RLVT

O conjunto das principais fontes de financiamento <sup>22</sup> do investimento municipal realizado na RLVT, entre 2015 e 2019, média anual de quase 1.243 M€, apresenta um crescimento contínuo anual, refletindo também tendências de crescimento em termos da origem das suas fontes.

O saldo da gerência anterior (SGA) refletiu uma dinâmica de crescimento contínua, aumentando +10,5%, entre 2018 e 2019, e mais que triplicando entre 2015 e 2019 (+245,9%). Esta maior disponibilidade do saldo de gerência anterior tem vindo a reforçar as receitas dos municípios, com reflexos ao nível do investimento<sup>23</sup>.

Também entre 2018 e 2019, as receitas provenientes dos empréstimos a médio e longo prazo (+19,4%), do FEF de capital (+7,6%), da venda de bens de investimento (+387,3%)<sup>24</sup> e da poupança corrente <sup>25</sup> (+1,1%) revelaram acréscimos anuais, ocorrendo em todas estas fontes superação dos registos de 2019 face aos de 2015.

Também as linhas evolutivas registadas pelos fundos comunitários <sup>26</sup> e pelas outras transferências de capital <sup>27</sup>, revelaram crescimento, respetivamente +8,8% e +56,3% no último ano, ultrapassando-se os valores de 2015.

Em 2019 surgiu uma nova fonte de receitas de capital ao abrigo do art 35º nº 3 da Lei73/2013<sup>28</sup>, reforçando o financiamento do investimento em 14,24 M€, na RLVT.

**Tabela 17 – Evolução das principais fontes de receita para financiamento do investimento municipal, de 2015 a 2019**

Principais fontes de receita	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: Milhões de euros	
						Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
EMPRÉSTIMOS MLP	75,45	75,73	112,78	105,46	125,88	19,4	66,9
FEF CAPITAL	24,10	24,36	26,36	26,07	28,04	7,6	16,3
R. CAP. - ART 35º Nº 3 DA LEI73/2013					14,24		
FUNDOS COMUNITÁRIOS	42,50	31,35	28,12	43,36	47,19	8,8	11,0
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,03	14,94	20,07	22,44	35,07	56,3	94,5
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	84,49	28,44	56,90	56,42	274,93	387,3	225,4
POUPANÇA CORRENTE	474,14	514,38	733,35	635,89	643,04	1,1	35,6
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	152,97	289,78	323,35	478,59	529,06	10,5	245,9
<b>Total</b>	<b>871,66</b>	<b>978,99</b>	<b>1 300,93</b>	<b>1 368,22</b>	<b>1 697,45</b>	<b>24,1</b>	<b>94,7</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>22</sup> Componentes relativas a receita bruta.

<sup>23</sup> Presume-se que este acréscimo do saldo da gerência possa ter sido influenciado pela norma que prevê que a integração do saldo da gerência anterior releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir, prevista no artº 104 da Lei do Orçamento do Estado de 2018 e densificada no art 40 da Lei 73/2013 na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16/08.

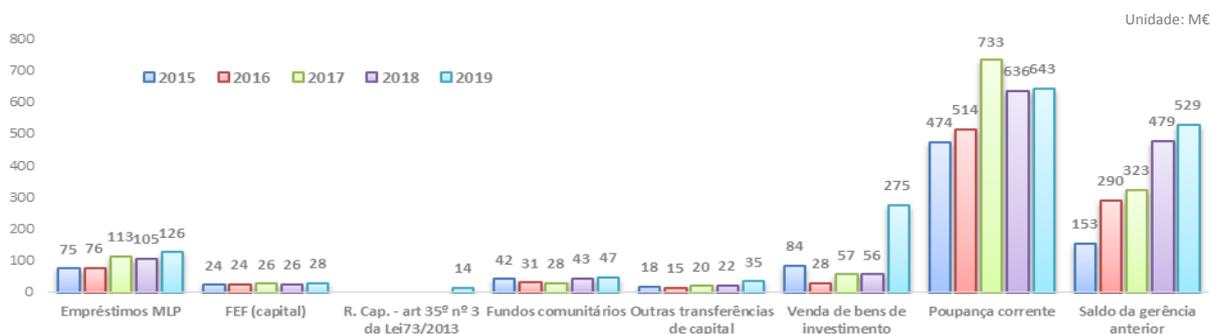
<sup>24</sup> Em 2019, o aumento regional em +387,3%, face ao ano transato, na venda de bens de investimento, teve por principal razão a venda de terrenos de Entrecampos efetuada em 2018 pelo município de Lisboa, pelos quais recebeu em 2019 cerca de 245,6 milhões de euros (Fonte: Relatório de gestão 2019 do município de Lisboa). Por outro lado, no município de Sintra também se verificou um crescimento relevante na venda de bens de investimento, conforme seu relatório 2019, pág. 20: “A variação registada em relação ao período homólogo está relacionada, sobretudo com a venda de terreno à Fundação da Escola Americana de Lisboa (+3,2 milhões de euros).”

<sup>25</sup> Por poupança corrente entende-se a diferença simples entre a receita bruta corrente e a despesa corrente. Através deste indicador pretende-se apurar o volume de poupança gerado que pode ser utilizado para custear investimentos.

<sup>26</sup> O valor reportado aos Fundos Comunitários (receitas de capital) decorre do agregado das rubricas 10.03.07, 10.03.10 e 10.09.

<sup>27</sup> A rubrica outras transferências de capital decorre do cálculo entre o total de transferências de capital deduzido do FEF de capital e dos fundos comunitários de capital.

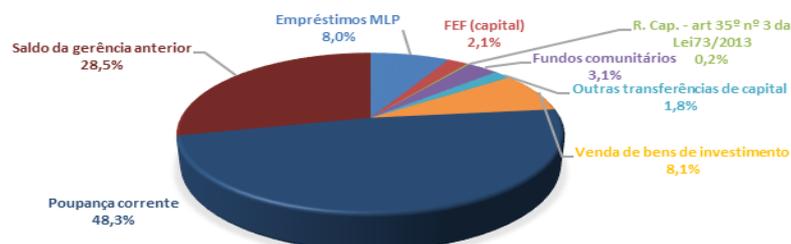
<sup>28</sup> A alteração ao RFALEI, materializada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, prevê um conjunto de alterações ao nível da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, definindo-se um período de convergência que vigora entre 2019 e 2021. Neste enquadramento foi determinado, relativamente ao exercício financeiro de 2019, a inclusão de uma nova parcela resultante do excedente da variação da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS, a distribuir de forma proporcional, pelos municípios, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI - verbas previstas no OE para o ano de 2019, indo também ser aplicadas em 2020 e 2021.

**Gráfico 18 – Evolução das principais fontes de financiamento do investimento municipal na RLVT, de 2015 a 2019**

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

A poupança corrente resultou na maior fonte de financiamento do investimento (peso de 48,3%, no total dos 5 anos). No entanto, observa-se que o peso deste agregado teve descidas e subidas sucessivas, ao longo deste período, registando-se um peso de 54,4% em 2015 e em 2019 um peso de 37,9%.

As receitas provenientes do SGA assumiram o segundo papel mais importante (28,5% no total dos 5 anos), fruto de sequenciais subidas e descidas no seu peso, com registos de 17,5% em 2015 e de 31,2% em 2019. Seguiram-se as receitas com a venda de bens de investimento (8,1%), os empréstimos de médio e longo prazo contratualizados durante aquele período (8,0%) e os fundos comunitários (3,1%).

**Gráfico 19 – Principais fontes de financiamento do investimento, de 2015 a 2019**

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 3.2 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO, POR NUTS III

A tendência revelada principais fontes de financiamento do investimento municipal na RLVT foi muito influenciada pela dinâmica dos municípios da AML, tendo aquelas receitas mais que duplicado (+118,3%), entre 2015 e 2019, subindo também +29,9% neste último ano. Relativamente às outras sub-regiões, embora com taxas evolutivas percentualmente menores, verificou-se também um crescimento das fontes de financiamento.

No entanto, se compararmos a tendência evolutiva de 2019 face a 2018, a sub-região da Lezíria do Tejo (-14,5%) viu este agregado cair. Esta descida deveu-se essencialmente à queda das receitas recebidas através de empréstimos de médio e longo prazo ocorrida nos municípios do Cartaxo e de Santarém.

Entre 2018 e 2019, 37 municípios da RLVT registaram aumentos das fontes de financiamento e 35 registaram aumentos no seu investimento (direto e indireto). Do universo da RLVT, 31 municípios registaram, em simultâneo, aumentos de fontes de financiamento com sequencial aumento de despesas em investimento. Por outro lado, em 4 municípios, apesar das respetivas fontes de financiamento terem descido, ocorreu crescimento no investimento direto e indireto<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Municípios de Coruche, Entroncamento, Moita e Nazaré.

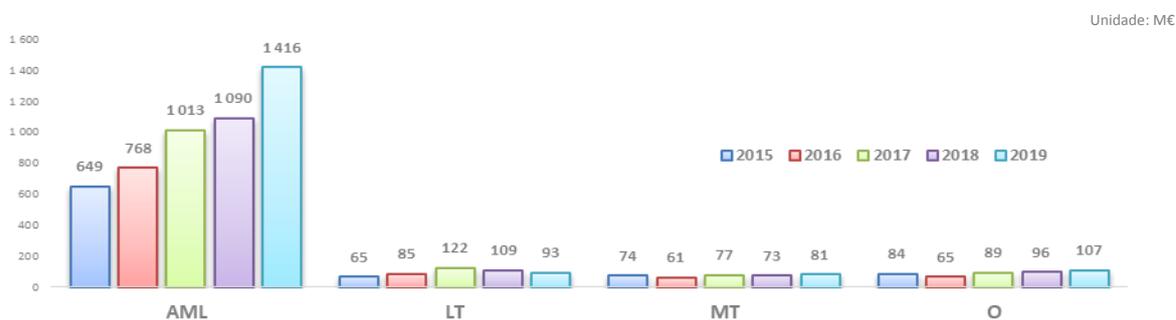
Tabela 18 – Evolução do financiamento do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019

Financiamento do investimento	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	648,87	767,76	1 012,88	1 090,44	1 416,28	29,9	118,3
LEZÍRIA DO TEJO	65,29	85,42	121,78	108,64	92,91	-14,5	42,3
MÉDIO TEJO	73,54	61,13	76,85	72,78	80,95	11,2	10,1
OESTE	83,96	64,68	89,42	96,36	107,30	11,3	27,8
<b>RLVT</b>	<b>871,66</b>	<b>978,99</b>	<b>1 300,93</b>	<b>1 368,22</b>	<b>1 697,45</b>	<b>24,1</b>	<b>94,7</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

A receita decorrente das principais fontes de financiamento do investimento municipal na RLVT rondou os 1.697,45 M€, em 2019, sendo que a maior parte, 1.416,28 M€ (83,4%) foi cobrada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Seguiram-se o Oeste (6,3%), a Lezíria do Tejo (5,5%) e o Médio Tejo (4,8%).

Gráfico 20 – Evolução do financiamento do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019

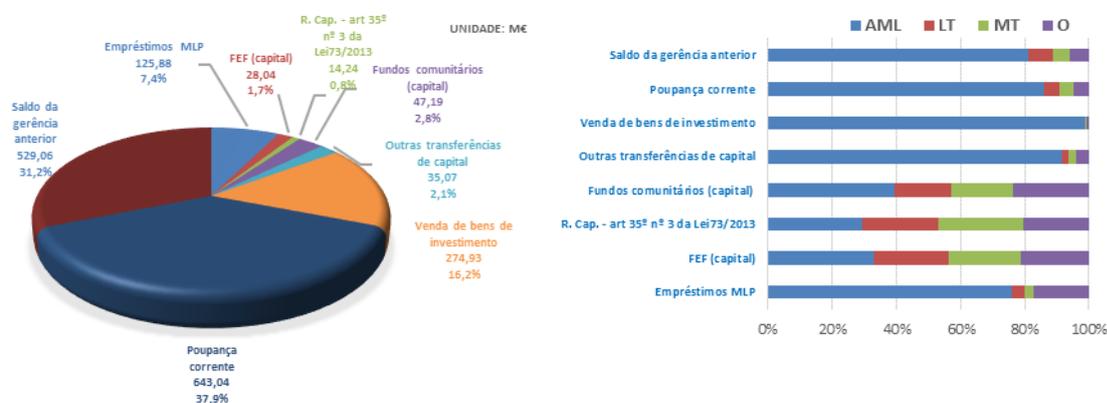


Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 3.3 PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO, POR MUNICÍPIO, 2019

Refletindo a tendência já observada para o período de 2015 a 2019, a poupança corrente e o saldo da gerência anterior constituíram-se como as principais fontes de financiamento, em 2019, apresentando um peso de 37,9% e 31,2%, respetivamente, na RLVT. Seguiram-se as receitas com a venda de bens de investimento (16,2%)<sup>30</sup>, de empréstimos a médio e longo prazo (7,4%) e as decorrentes dos fundos comunitários de capital (2,8%).

Gráfico 21 – Principais fontes de receita para financiamento do investimento municipal, em 2019

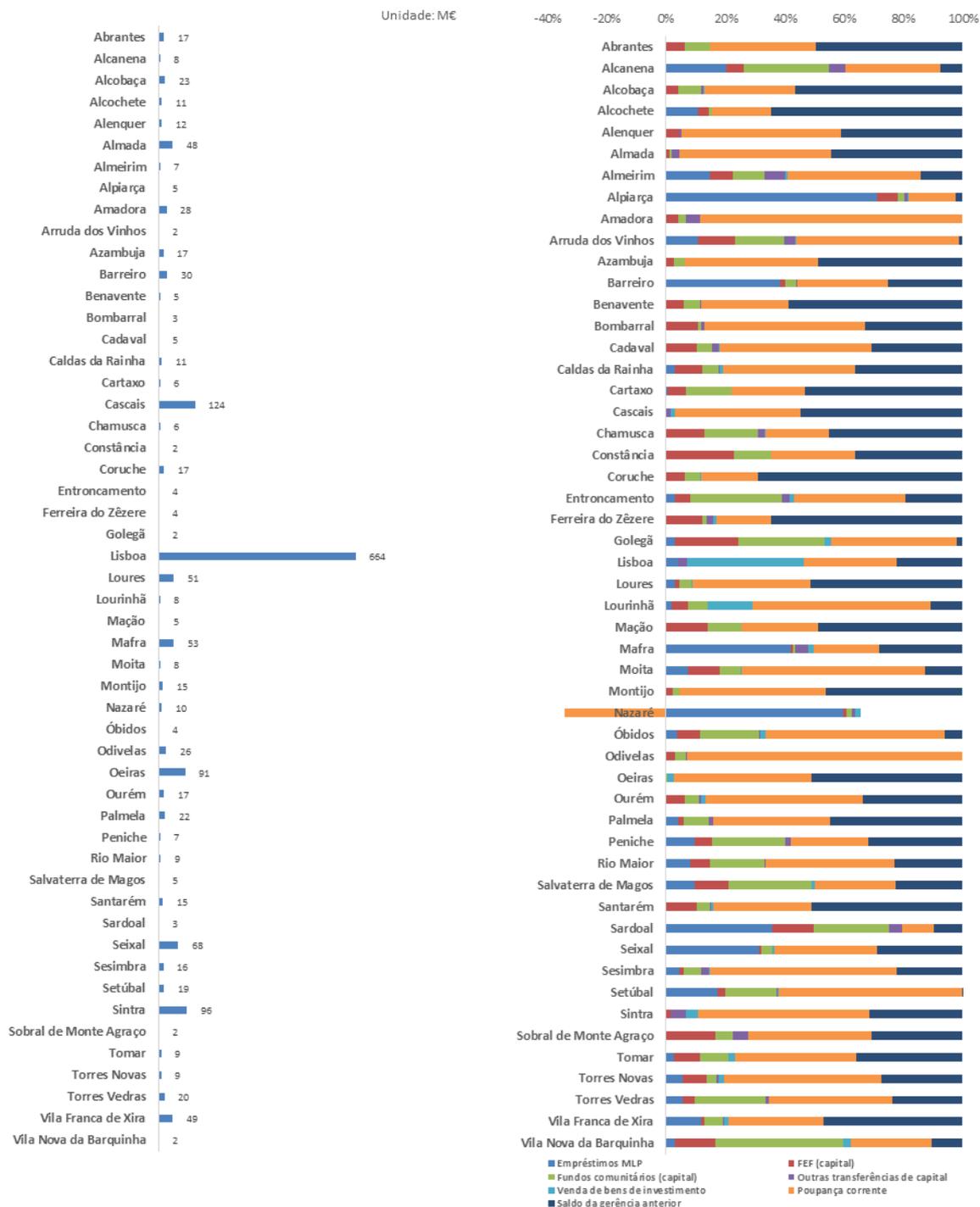


Fonte: Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>30</sup> Atente-se à nota 24.

O gráfico seguinte releva porém a heterogeneidade de situações, em cada município<sup>31</sup>, no montante e tipologia das fontes de receita associadas ao financiamento do respetivo investimento.

**Gráfico 22 – Fontes de receita para financiamento do investimento, por município, em 2019**



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>31</sup> Nota para o facto de o município de Nazaré registar um valor negativo na sua poupança corrente. No Relatório de Gestão 2019 deste município reporta-se: “Não se verifica o equilíbrio orçamental, visto que as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes em 10.993.980 €. Esta situação resulta do empréstimo de assistência financeira (FAM) ter tido eficácia financeira durante o ano, o que permitiu liquidar dívida de despesas correntes em valor significativo.”

## CAPÍTULO IV. INDICADORES DE GESTÃO DO INVESTIMENTO - EVOLUÇÃO ENTRE 2015 E 2019

### 4.1 PESO DO INVESTIMENTO NAS DESPESAS TOTAIS

#### 4.1.1 EVOLUÇÃO DO PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO NAS DESPESAS TOTAIS DA RLVT

Entre 2015 e 2019, o peso médio do investimento anual, no total das despesas, realizado pelos municípios da área de atuação da RLVT, decorrente do conjunto das despesas com o investimento direto (aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital), foi de 18,5%. Ao longo do período evidenciou-se uma tendência crescente, descida pontual em 2018, detendo, em 2019, o peso de 22,5%, superior em +57,4% face ao de 2015, revelando-se como o maior registo do período dos 5 anos em análise.

A evolução do peso das despesas realizadas com a aquisição de bens de capital revela o menor peso em 2015 (12,0%) e o maior peso em 2019 (17,8%), enquanto o peso das transferências de capital, evidenciando descida em 2017 e 2018, relewa o menor peso em 2015 e 2018 (2,3%) e maior peso em 2019 (4,7%).

Tabela 19 – Evolução do peso do investimento municipal nas despesas totais, de 2015 a 2019

Peso do investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	12,0	13,3	17,2	16,4	17,8	8,3	48,1
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2,3	3,2	3,1	2,3	4,7	103,9	105,9
<b>Total</b>	<b>14,3</b>	<b>16,5</b>	<b>20,4</b>	<b>18,8</b>	<b>22,5</b>	<b>20,1</b>	<b>57,4</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 23 – Evolução do peso do investimento direto e indireto nas despesas totais, de 2015 a 2019



Fonte Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

#### 4.1.2 EVOLUÇÃO DO PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III

Considerando o peso do investimento nas despesas municipais totais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou em 2015 no Oeste (22,3%) e o menor peso na Lezíria do Tejo (11,9%) em 2016. Em 2019, o peso foi de 22,5% na RLVT e em 2015 foi de 14,3%. Em média, o peso das despesas com a aquisição de bens de capital foi 5 vezes superior ao de transferências de capital atribuídas as outras entidades, sendo que na sub-região do Médio Tejo essa proporção foi em cerca de 9 vezes superior.

A tendência revelada pelo peso do investimento municipal no total das despesas da RLVT foi muito influenciada pela dinâmica evolutiva nos municípios da AML e nos da Lezíria do Tejo, crescimento de +85,0% e de +29,9%, entre 2015 e 2019. No Oeste e no Médio Tejo, este indicador caiu (-5,1%) e (-2,7%).

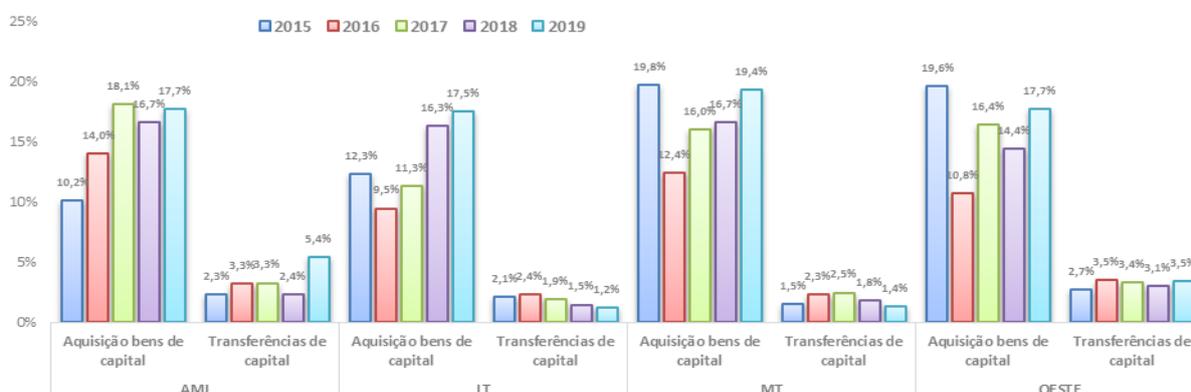
Entre 2018 e 2019 o peso do investimento no total das despesas subiu em todas as NUTS III, +20,1% na RLVT.

**Tabela 20 – Evolução do peso do investimento municipal nas despesas totais, por NUTS III, de 2015 a 2019**

Peso do investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	12,5	17,3	21,4	19,0	23,1	21,8	85,0
LEZÍRIA DO TEJO	14,4	11,9	13,2	17,8	18,7	5,2	29,9
MÉDIO TEJO	21,3	14,7	18,5	18,5	20,7	12,1	-2,7
OESTE	22,3	14,3	19,8	17,5	21,2	21,2	-5,1
<b>RLVT</b>	<b>14,3</b>	<b>16,5</b>	<b>20,4</b>	<b>18,8</b>	<b>22,5</b>	<b>20,1</b>	<b>57,4</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 24 – Evolução do peso do investimento direto e indireto, nas despesas totais, por NUTS III, de 2015 a 2019**



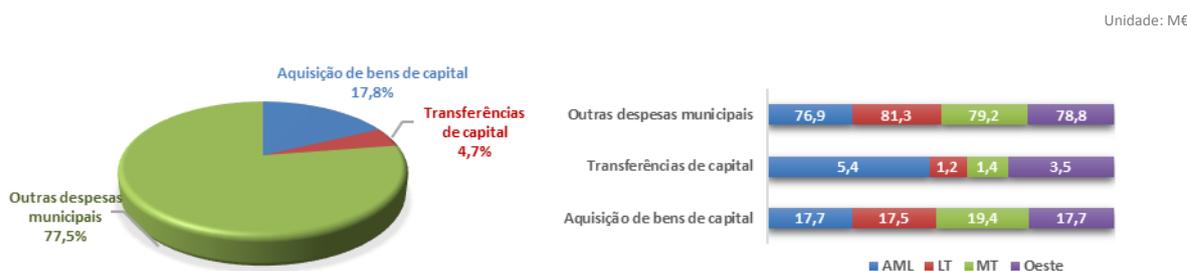
Fonte Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 4.1.3 PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO POR MUNICÍPIO, 2019

Refletindo a tendência já observada para o período de 2015 a 2019, o peso do investimento direto foi superior ao peso do investimento indireto, no total das despesas municipais, em 2019, apresentando pesos, respetivamente, de 17,8% e de 4,7% na RLVT.

Destaque para o Médio Tejo em que o rácio relativo ao peso da aquisição de bens de capital foi de 19,4%.

**Gráfico 25 – Peso do investimento no total das despesas municipais, em 2019**



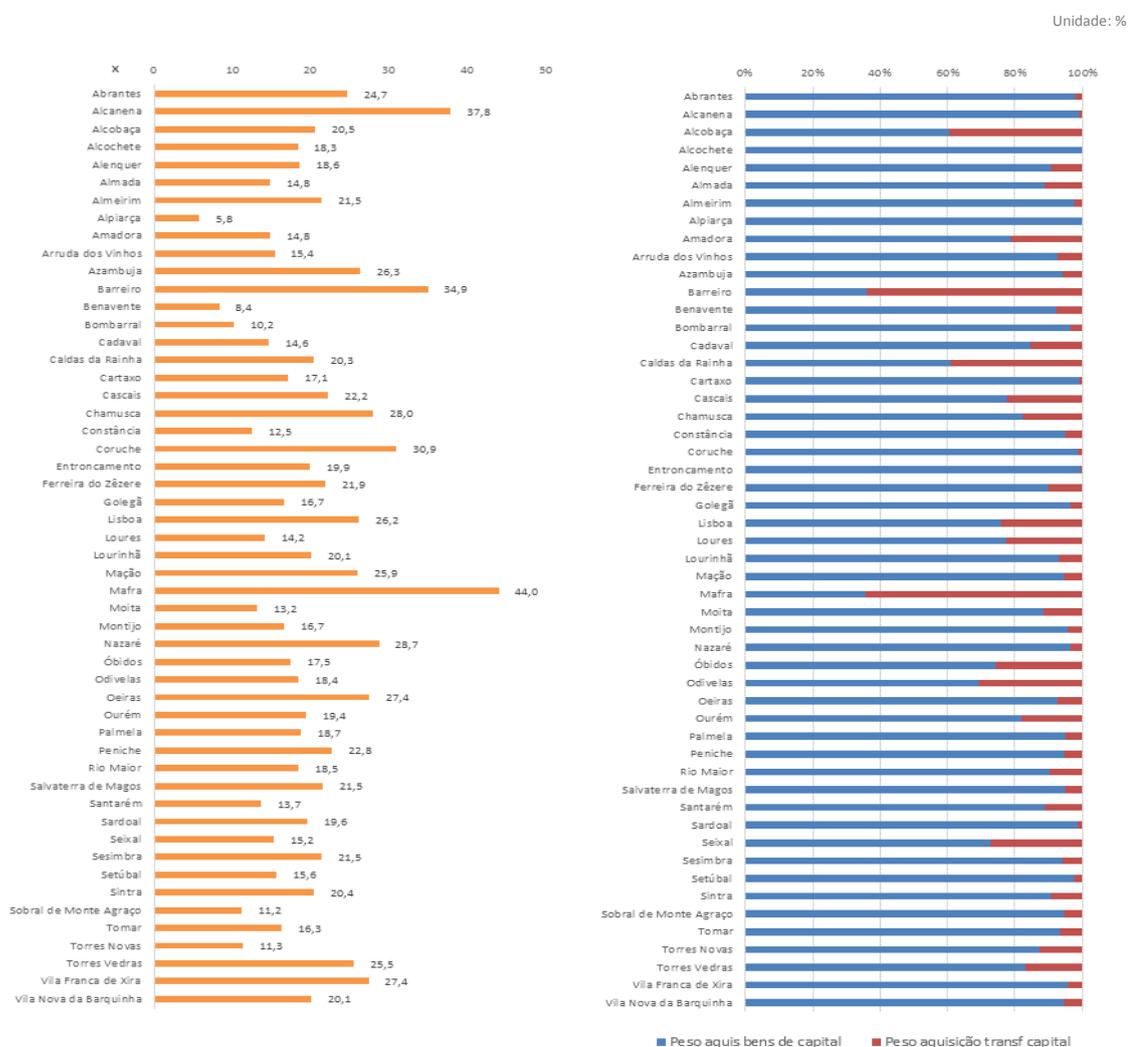
Fonte: Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

O investimento representou mais de 25% das respetivas despesas em doze municípios: Mafra, Alcanena, Barreiro, Coruche, Nazaré, Chamusca, Oeiras, Vila Franca de Xira, Azambuja, Lisboa, Mação e Torres Vedras.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto em Mafra 44,0% das suas despesas foram gastas em investimento direto e indireto, na Moita 13,2% da despesa total foi aplicada neste agregado;
- Na Lezíria do Tejo, 30,9% das despesas em Coruche foram para investimento direto e indireto, sendo que em Alpiarça 5,8% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Alcanena (37,8%) e o menor em Torres Novas (11,3%);
- No Oeste, 28,7% despesas no município de Nazaré correspondem ao financiamento de investimento direto e indireto<sup>32</sup>, enquanto em Bombarral esse peso foi de 10,2%.

**Gráfico 26 – Peso do investimento direto e indireto no total das despesas, por município, em 2019**



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

<sup>32</sup> O Relatório de Gestão 2019 deste município fundamenta esta execução do investimento como resultado: “dos pagamentos efetuados com a utilização dos desembolsos do empréstimo de assistência financeira aos projetos antigos que transitavam há anos”.

## 4.2 GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO PELAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

### 4.2.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO INVESTIMENTO, NA RLVT

A comparação entre o investimento municipal pago com as fontes de financiamento privilegiadas para este tipo de despesas, permite-nos constatar que, no período em análise, há uma taxa de cobertura integral dos investimentos pagos por parte destas receitas. Recorde-se que o investimento municipal, registado pelos municípios da RLVT, no período de 2015 a 2019, foi formado, na sua grande maioria (83,0%) pela aquisição de bens de capital e por 17,0% de transferências de capital para outras entidades, representando um peso de 18,7% no total das despesas municipais. Por outro lado, as fontes de financiamento consideradas aqui privilegiadas para cobrir os gastos de investimento, no total dos 5 anos, foram as decorrentes: empréstimos MLP (8,0%), FEF de capital (2,1%), receitas de capital ao abrigo do art.º 35º nº 3 da Lei73/2013 (0,2%), fundos comunitários de capital (3,1%), outras transferências de capital (1,8%), venda de bens de investimento (8,1%), poupança corrente (48,3%) e Saldo Gerência Anterior (28,5%). No seu total estas fontes de financiamento representaram 38,8% do total de receita cobrada bruta.

Também entre 2015 e 2019, a taxa de cobertura foi de 39,9%, ou seja, aquelas fontes de financiamento mais que cobriram a necessidade de gastos em investimento, havendo um “excedente” de 60,1% para fazer face a outro tipo de despesas. Se às fontes de financiamento retirarmos a poupança corrente (hipoteticamente destinada a outros fins que não o investimento) a taxa de cobertura do investimento ascende aos 77,2%.

Entretanto, ao longo do período, evidenciou-se uma tendência irregular, evidenciando-se uma descida no grau de cobertura integral destes gastos, entre 2016 e 2018, sendo que em 2019 se verifica um rácio de 39,7%, superior ao registado em 2015, em que ocorreu um grau de cobertura total de 38,6%.

**Tabela 21 – Evolução do grau de cobertura das despesas de investimento pelas principais fontes de financiamento, de 2015 a 2019**

Grau de cobertura	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	871,66	978,99	1 300,93	1 368,22	1 697,45	24,1	94,7
INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO	336,33	411,53	532,71	528,74	673,67	27,4	100,3
PESO DAS FONTES FINANCIAMENTO NO TOTAL DE RECEITAS (%)	32,4	34,5	40,8	39,9	43,9	10,0	35,5
PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO NO TOTAL DE DESPESAS (%)	14,3	16,5	20,4	18,8	22,5	19,7	57,3
GRAU DE COBERTURA TOTAL (%)	38,6	42,0	40,9	38,6	39,7	2,8	2,8
PESO DAS FONTES FINANCIAMENTO (SEM POUPANÇA CORRENTE) NO TOTAL RECEITAS (%)	14,8	16,4	17,8	21,4	27,3	27,6	84,5
GRAU DE COBERTURA (EXCLUINDO POUPANÇA CORRENTE) (%)	84,6	88,6	93,9	72,2	63,9	-11,5	-24,5

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 27 – Evolução do grau de cobertura do investimento, na RLVT, de 2015 a 2019**



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

#### 4.2.2 EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO INVESTIMENTO, POR NUTS III

O grau de cobertura do investimento pelo conjunto das principais fontes de financiamento revelou tendências distintas entre as sub-regiões da RLVT. Entre 2015 e 2019, no Médio Tejo (-6,5%) e no Oeste (-17,3%) os gastos em investimento têm vindo a implicar menor recurso percentual àquelas receitas, uma vez que estas têm genericamente crescido mais que o investimento. Situação diferente ocorreu na AML (+12,1%) e na Lezíria do Tejo (+8,7%) que registaram aumentos da taxa de cobertura total.

Ao longo dos 5 anos em apreço, o menor rácio foi revelado pela Lezíria do Tejo, onde os gastos em investimento, no ano de 2017, implicaram apenas a utilização de 23,9% das receitas provenientes das fontes de financiamento consideradas, sendo o remanescente efetuado noutra tipo de despesas.

Já o valor máximo revelou-se na sub-região do Oeste, em 2015, que utilizou 65,0% de todas as receitas provenientes das fontes de financiamento consideradas, em investimento.

Se ao conjunto das fontes de financiamento tratadas retirarmos as receitas provenientes da poupança corrente infere-se que, na AML, em 2017, as fontes de financiamento não chegaram para fazer face aos gastos com investimento, rácio de 111,9%. Já na sub-região do Oeste o grau de cobertura calculado desta forma foi de 110,5% e 113,0%, em 2015 e 2016.

Tabela 22 – Evolução do grau de cobertura do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019

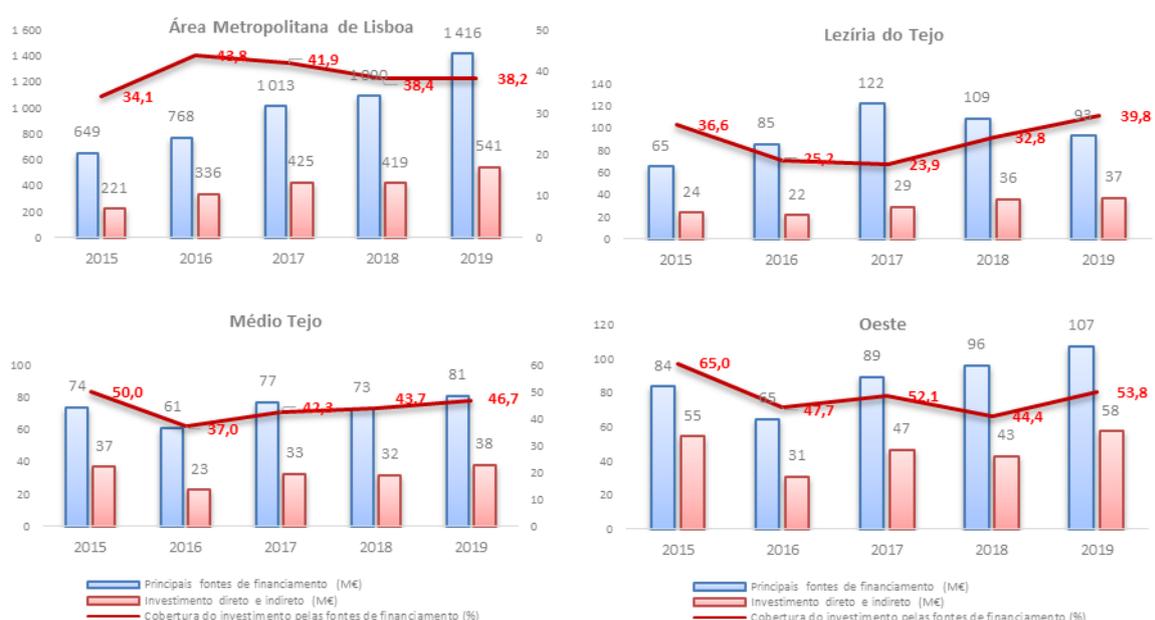
Grau de cobertura	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	34,1	43,8	41,9	38,4	38,2	-0,4	12,1
LEZÍRIA DO TEJO	36,6	25,2	23,9	32,8	39,8	21,4	8,7
MÉDIO TEJO	50,0	37,0	42,3	43,7	46,7	6,8	-6,5
OESTE	65,0	47,7	52,1	44,4	53,8	21,1	-17,3
<b>RLVT</b>	<b>38,6</b>	<b>42,0</b>	<b>40,9</b>	<b>38,6</b>	<b>39,7</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9</b>

Unidade: %

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 28 – Evolução do grau de cobertura do investimento, por NUTS III, de 2015 a 2019

Unidade: M€; %



Fonte: Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

#### 4.2.3 GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM INVESTIMENTO PELAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO, POR MUNICÍPIO, 2019

Na tabela seguinte é possível observar, em 2019 e por município, o grau de cobertura das despesas de investimento direto e indireto pelas principais fontes de financiamento, incluindo ou não poupança corrente.

Todos os municípios garantiram um grau de cobertura integral dos investimentos por parte das fontes de financiamento selecionadas, ficando uma margem significativa por utilizar, na grande maioria dos municípios. Em 30 municípios mais de 50% das principais fontes de financiamento não são utilizadas para investimento<sup>33</sup>.

Os municípios de Alpiarça e Alcobaça apenas utilizaram, respetivamente, 14,1% e 25,6% das fontes de financiamento em investimento. Já no município da Nazaré esse rácio foi de 95,4%, o maior da RLVT<sup>34</sup>.

Não considerando a poupança corrente no total das fontes de financiamento, constata-se que em 13 municípios o grau de cobertura foi em 2019 superior a 100%, ou seja, além do conjunto de receitas formadas pelos empréstimos a MLP, FEF de capital, fundos comunitários de capital, outras transferências de capital, venda de bens de investimento e saldo da gerência anterior, aqueles municípios ainda tiveram de recorrer a parte da sua poupança corrente, para fazer face aos gastos em investimento.

**Tabela 23 – Grau de cobertura das despesas com investimento pelas principais fontes de financiamento, por município, em 2019**

Municípios	Principais fontes de financiamento (M€)	Fontes de financiamento (sem poupança corrente) (M€)	Investimento direto e indireto (M€)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (%)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (sem poupança corrente) (%)
Abrantes	17,32	11,27	6,29	36,4	55,9
Alcanena	7,86	5,44	6,23	79,2	114,5
Alcobaça	23,43	16,54	5,99	25,6	36,2
Alcochete	11,38	9,14	3,47	30,5	38,0
Alenquer	11,61	5,46	4,96	42,7	90,9
Almada	47,66	23,20	13,80	28,9	59,5
Almeirim	6,69	3,76	3,24	48,4	86,2
Alpiarça	4,57	3,86	0,65	14,1	16,7
Amadora	27,82	3,65	12,65	45,5	346,6
Arruda dos Vinhos	2,47	1,17	1,93	77,9	164,5
Azambuja	16,88	9,41	5,54	32,8	58,9
Barreiro	29,92	20,82	19,00	63,5	91,2
Benavente	5,44	3,86	1,47	27,0	38,1
Bombarral	3,28	1,57	0,93	28,2	58,8
Cadaval	4,62	2,32	1,51	32,6	65,1
Caldas da Rainha	11,40	6,31	5,35	47,0	84,8
Cartaxo	6,48	4,93	2,79	43,1	56,7
Cascais	123,63	71,46	45,97	37,2	64,3
Chamusca	5,89	4,72	3,54	60,2	75,1
Constância	1,60	1,22	0,77	48,0	63,0
Coruche	17,37	14,09	6,11	35,2	43,4
Entroncamento	4,21	2,62	3,13	74,2	119,5
Ferreira do Zêzere	4,22	3,50	2,27	53,7	64,8
Golegã	1,58	1,01	1,19	75,5	118,6
Lisboa	664,12	454,95	215,00	32,4	47,3
Loures	50,87	30,78	16,74	32,9	54,4
Lourinhã	7,80	3,21	4,91	62,9	152,9
Mação	4,88	3,75	2,85	58,3	75,8
Mafra	52,90	41,13	40,94	77,4	99,6
Moita	7,97	3,24	4,40	55,1	135,8
Montijo	14,87	7,63	5,50	37,0	72,1
Nazaré	10,21	21,20	9,73	95,4	45,9
Óbidos	4,13	1,63	2,83	68,6	173,2
Odivelas	25,71	2,16	13,27	51,6	613,3
Oeiras	90,61	48,58	44,61	49,2	91,8

<sup>33</sup> Importa ressaltar que esta análise incide sobre o investimento classificado como tal nos documentos de prestação de contas, sendo que os municípios realizam também despesas com investimentos que não são contabilizadas como tal em termos de classificação económica, pelo facto de as obras serem executadas por administração direta e existirem, designadamente, despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços que são classificadas, em termos económicos, como despesas correntes.

<sup>34</sup> Ver nota de rodapé 32.

Municípios	Principais fontes de financiamento (M€)	Fontes de financiamento (sem poupança corrente) (M€)	Investimento direto e indireto (M€)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (%)	Investimento direto e indireto / Fontes de financiamento (sem poupança corrente) (%)
Ourém	17,45	8,78	6,32	36,2	72,0
Palmela	21,58	13,06	9,13	42,3	69,9
Peniche	6,58	4,96	4,61	70,0	92,9
Rio Maior	8,59	5,06	3,74	43,6	74,1
Salvaterra de Magos	4,58	3,36	2,81	61,3	83,6
Santarém	14,84	10,27	5,91	39,8	57,6
Sardoal	2,72	2,45	1,57	57,6	64,0
Seixal	67,59	44,37	18,73	27,7	42,2
Sesimbra	16,46	6,09	10,83	65,8	177,9
Setúbal	18,62	7,12	14,28	76,7	200,5
Sintra	95,86	41,29	32,15	33,5	77,9
Sobral de Monte Agraço	1,72	1,01	0,98	57,1	97,8
Tomar	9,18	5,53	4,04	44,0	73,0
Torres Novas	9,28	4,48	2,67	28,8	59,6
Torres Vedras	20,05	12,03	13,95	69,6	116,0
Vila Franca de Xira	48,71	33,32	20,73	42,6	62,2
Vila Nova da Barquinha	2,23	1,65	1,67	75,0	101,5
<b>RLVT</b>	<b>1 697,45</b>	<b>1 054,41</b>	<b>673,67</b>	<b>39,7</b>	<b>63,9</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

### 4.3 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL

#### 4.3.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, NA RLVT

Na análise ao grau de execução do investimento municipal toma-se por base a informação constante do mapa de Execução PPI, aferindo do rácio entre o total do investimento e o respetivo valor previsto. Entre 2015 e 2019, o grau de execução médio anual, atingido pelos municípios da área de atuação da RLVT, foi de 52,7%.

Entretanto, ao longo do período, evidenciou-se uma tendência irregular, mas genericamente desfavorável, evoluindo-se de um grau de execução de 55,4% em 2015, para 50,3% em 2016, subindo para 54,6% em 2017 e 2018, voltando a descer consideravelmente em 2019 (grau de 48,3%), ano em que as expectativas de crescimento do investimento não foram tão confirmadas.

Tabela 24 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, de 2015 a 2019

Grau de execução Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
INVESTIMENTO PREVISTO (M€)	543,43	694,33	865,19	889,16	1 187,12	33,5	118,4
INVESTIMENTO EXECUTADO (M€)	301,03	349,54	472,62	485,54	573,55	18,1	90,5
<b>RLVT (%)</b>	<b>55,4</b>	<b>50,3</b>	<b>54,6</b>	<b>54,6</b>	<b>48,3</b>	<b>-11,5</b>	<b>-12,8</b>

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 29 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, de 2015 a 2019



Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 4.3.2 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR NUTS III

Em termos relativos, ao considerarmos o grau de execução do investimento municipal registado por NUTS III, verificamos situações distintas ao longo do período em análise, sendo que o melhor grau de execução se registou em 2015 no Oeste (69,8%) e o menor grau, também na sub-região do Oeste (38,8%), em 2018.

Comparando o grau de execução do investimento entre 2015 e 2019 denota-se que piorou, em todas as sub-regiões à exceção da Lezíria do Tejo, não se podendo, no entanto, concluir que tenha ocorrido uma mudança gradual de gestão ao nível previsional já que as dinâmicas dentro do período foram múltiplas.

**Tabela 25 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019**

Grau de execução	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	52,7	51,9	56,8	57,1	47,4	-17,0	-10,1
LEZÍRIA DO TEJO	48,9	41,2	43,3	53,3	50,7	-4,9	3,6
MÉDIO TEJO	59,6	46,8	56,6	52,9	58,2	10,0	-2,2
OESTE	69,8	44,6	44,9	38,8	49,7	28,1	-28,8
<b>RLVT</b>	<b>55,4</b>	<b>50,3</b>	<b>54,6</b>	<b>54,6</b>	<b>48,3</b>	<b>-11,5</b>	<b>-12,8</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 30 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por NUTS III, de 2015 a 2019**



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

### 4.3.3 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO, POR MUNICÍPIO, 2019

Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto o município de Maфра revelou o melhor grau de execução de toda a RLVT em 2019 (91,6%) seguindo-se Palmela e Oeiras com 71,6%, os municípios de Lisboa<sup>35</sup> e Alcochete<sup>36</sup> registaram os rácios mais baixos, respetivamente 35,5% e 39,8%.

<sup>35</sup> O município de Lisboa justifica esta baixa taxa de execução referindo no seu Relatório de gestão 2019 (pág. 142-143): “No agregado da Aquisição de bens de investimento importa considerar a existência de dotações orçamentais relevantes que não foram utilizadas, como sejam as relativas à reserva de contingência e a processos judiciais, pela não ocorrência de opção/factos que determinassem a sua execução, ou à construção de túneis no âmbito do Plano Geral de Drenagem, por circunstâncias associadas ao respetivo procedimento de contratação (necessidade de abrir novo concurso, ora em fase de finalização), num total aproximado de 88,3 milhões de euros. Em 2019, para além do desfasamento temporal entre o início dos procedimentos (cabimento) e a sua conclusão (pagamento), houve nota de constrangimentos adicionais relacionados com concursos que ficaram desertos e de obras que, por problemas associados aos empreiteiros tiveram de ser interrompidas, resolvidas ou anuladas. Assim, na aquisição de bens de investimento foram aplicados cerca de 163 milhões de euros, num universo de compromissos firmados da ordem dos 251 milhões de euros, dos quais cerca de 87,7 milhões de euros estão em curso, ou seja, a dotação orçamental deste agregado teve uma execução de 54,3% em compromissos firmados e de 35,3% em pagamentos.”

<sup>36</sup> No município de Alcochete esta baixa taxa de execução, com base nos dados apresentados no seu Relatório de gestão 2019, prende-se essencialmente com a não realização de investimentos no âmbito do ordenamento do território e de transportes rodoviários.

Na Lezíria do Tejo, os melhores rácios foram apresentados pelos municípios de Chamusca (82,3%) e Salvaterra de Magos (73,7%) sendo os mais baixos revelados por Benavente<sup>37</sup> (29,6%) e Coruche<sup>38</sup> (39,7%).

No Médio Tejo, o melhor grau de execução foi registado em Alcanena (84,9%) e Sardoal (81,1%) e o menor no município de Torres Novas<sup>39</sup> (36,1%) e de Ourém<sup>40</sup> (44,9%).

No Oeste, os rácios mais favoráveis registaram-se nos municípios de Arruda dos Vinhos (80,8%) e de Óbidos (75,2%). Já Alcobça<sup>41</sup> revelou deter o mais baixo grau de execução da RLVT (22,4%), em 2019, seguindo-se Sobral de Monte Agraço<sup>42</sup> com 27,6%.

**Tabela 26 – Grau de execução do investimento, por município, em 2019**

Municípios	Investimento municipal previsto (M€)	Investimento municipal executado (M€)	Investimento municipal executado/ Investimento municipal previsto (%)
Abrantes	10,87	6,16	56,7
Alcanena	7,27	6,17	84,9
Alcobça	16,17	3,62	22,4
Alcochete	8,72	3,47	39,8
Alenquer	12,53	4,85	38,8
Almada	24,92	13,48	54,1
Almeirim	5,66	3,24	57,2
Alpiarça	1,33	0,65	48,5
Amadora	19,80	10,25	51,8
Arruda dos Vinhos	2,21	1,79	80,8
Azambuja	9,82	5,54	56,4
Barreiro	15,37	6,84	44,5
Benavente	4,58	1,35	29,6
Bombarral	1,90	0,89	47,0
Cadaval	3,55	1,29	36,5
Caldas da Rainha	7,89	3,25	41,2
Cartaxo	4,88	2,81	57,6
Cascais	67,70	35,75	52,8
Chamusca	3,60	2,96	82,3
Constância	1,29	0,73	56,7
Coruche	15,38	6,10	39,7
Entroncamento	4,49	3,11	69,4
Ferreira do Zêzere	3,06	2,04	66,6
Golegã	1,82	1,15	62,9
Lisboa	463,28	164,36	35,5
Loures	30,89	13,26	42,9
Lourinhã	8,01	4,57	57,1
Mação	4,32	2,69	62,3
Mafra	46,37	42,47	91,6
Moita	6,13	3,88	63,3
Montijo	8,26	5,35	64,7
Nazaré	16,63	9,38	56,4
Óbidos	5,15	3,87	75,2

<sup>37</sup> No município de Benavente esta baixa taxa de execução, com base nos dados apresentados no seu Relatório de gestão 2019, prende-se essencialmente com a não realização de investimentos no âmbito da proteção meio ambiente e conservação da natureza, cultura, indústria e energia e transportes rodoviários.

<sup>38</sup> No município de Coruche esta baixa taxa de execução, com base nos dados apresentados no seu Relatório de gestão 2019, prende-se essencialmente com a não realização de investimentos no âmbito da administração geral, ordenamento do território, proteção meio ambiente e conservação da natureza, desporto, recreio e lazer, indústria e energia e transportes rodoviários.

<sup>39</sup> O município de Torres Novas justifica esta baixa taxa de execução referindo no seu Relatório de gestão 2019 (pág. 130): “A diminuição da despesa de capital deve-se ao deslizamento temporal da execução de obras municipais.”

<sup>40</sup> No município de Ourém esta baixa taxa de execução, com base nos dados apresentados no seu Mapa PPI 2019, prende-se essencialmente com a não realização de investimentos no âmbito da educação, habitação e urbanismo, saneamento e salubridade e comunicações e transportes.

<sup>41</sup> No município de Alcobça esta baixa taxa de execução, com base nos dados apresentados no seu Mapa PPI 2019, prende-se essencialmente com a não realização de investimentos no âmbito dos edifícios e instalações municipais, ensino não superior, ordenamento do território e transportes rodoviários.

<sup>42</sup> O município de Sobral de Monte Agraço justifica esta baixa taxa de execução referindo no seu Relatório de gestão 2019 (pág. 143) que foi “devido essencialmente a investimentos que o Município comprometeu mas que a sua despesa não foi totalmente executada em 2019, destacando-se a Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Público Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços e Requalificação do Património Nacional Igreja de S. Quintino, bem como diversas requalificações e repavimentações”.

Municípios	Investimento municipal previsto (M€)	Investimento municipal executado (M€)	Investimento municipal executado/ Investimento municipal previsto (%)
Odivelas	22,91	9,42	41,1
Oeiras	66,26	47,41	71,6
Ourém	11,54	5,18	44,9
Palmela	12,11	8,67	71,6
Peniche	6,24	4,46	71,5
Rio Maior	7,49	3,44	45,9
Salvaterra de Magos	3,67	2,71	73,7
Santarém	11,17	5,26	47,0
Sardoal	1,91	1,55	81,0
Seixal	19,74	13,63	69,1
Sesimbra	15,30	10,21	66,7
Setúbal	34,02	14,42	42,4
Sintra	62,73	29,67	47,3
Sobral de Monte Agraço	3,37	0,93	27,6
Tomar	7,06	3,78	53,5
Torres Novas	6,47	2,33	36,1
Torres Vedras	17,91	11,57	64,6
Vila Franca de Xira	30,97	20,03	64,7
Vila Nova da Barquinha	2,40	1,58	66,0
<b>RLVT</b>	<b>1 187,12</b>	<b>573,55</b>	<b>48,3</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

#### 4.4 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO POR FUNÇÕES

##### 4.4.1 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO POR FUNÇÕES, NA RLVT

Entre 2015 e 2019, no todo da RLVT, o melhor grau de execução anual do investimento municipal ocorreu em 2019, concentrando-se nas OUTRAS FUNÇÕES (84,2%), melhorando em +36,0% relativamente a 2015, e em +44,6% face a 2018.

De uma forma geral, as oscilações ocorridas, no grau de execução ao longo dos 5 anos, fazem constatar uma descida na gestão previsional do investimento, evoluindo, no conjunto dos 52 municípios da RLVT, de um grau de 55,4%, no início do período, para 48,3%, em 2019.

O grau de execução das FUNÇÕES ECONÓMICAS foi de melhoria genérica, de 48,7% em 2015 evoluiu para 53,6% em 2019, ano em que também cresceu face ao ano transato em que foi de 49,1%.

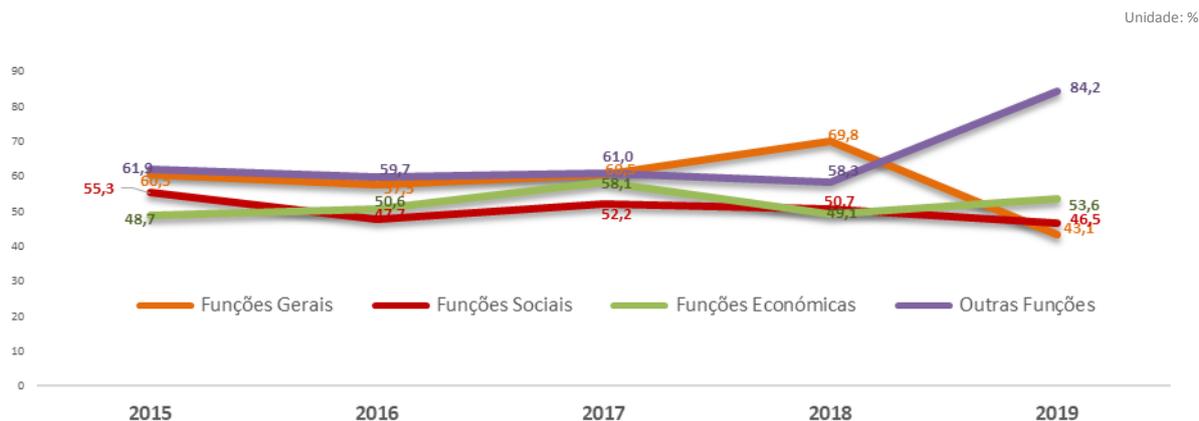
Os graus de execução nas FUNÇÕES GERAIS E NAS FUNÇÕES SOCIAIS registaram descidas entre 2015 e 2019 (-28,8% e -15,9%, respetivamente) e entre 2018 e 2019 (-38,2% e em -28,4%, respetivamente).

**Tabela 27 – Evolução do grau de execução do investimento previsto, por grandes funções, de 2015 a 2019**

Grau de execução	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
FUNÇÕES GERAIS	60,5	57,5	60,5	69,8	43,1	-38,2	-28,8
FUNÇÕES SOCIAIS	55,3	47,7	52,2	50,7	46,5	-8,4	-15,9
FUNÇÕES ECONÓMICAS	48,7	50,6	58,1	49,1	53,6	9,2	10,0
OUTRAS FUNÇÕES	61,9	59,7	61,0	58,3	84,2	44,6	36,0
<b>Total RLVT</b>	<b>55,4</b>	<b>50,3</b>	<b>54,6</b>	<b>54,6</b>	<b>48,3</b>	<b>-11,5</b>	<b>-12,8</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 31 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por grandes funções, de 2015 a 2019



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

#### 4.4.2 EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR GRANDES FUNÇÕES, POR NUTS III

Uma abordagem global ao grau de execução do investimento, quando analisado numa perspetiva funcional, durante os cinco anos do período em análise, para as quatro sub-regiões da RLVT, constata-se que:

- A Lezíria do Tejo surge com o rácio de execução mais baixo, taxa média 44,5%, sendo o mais alto registado na AML (59,2%);
- O ano em que se fizeram melhores previsões foi o de 2015, taxa média de execução de 58,3%;
- As OUTRAS FUNÇÕES e as FUNÇÕES GERAIS são as que têm melhor grau de execução médio, respetivamente, 57,0% e 57,1%, ficando a execução média das FUNÇÕES ECONÓMICAS ligeiramente acima de metade dos valores previstos (50,6%), bem como nas FUNÇÕES SOCIAIS (50,3%);
- Os melhores rácios de execução, por NUTS III, ocorreram, na AML, em OUTRAS FUNÇÕES (89,2% em 2019), na sub-região do Oeste em FUNÇÕES GERAIS (78,2%, em 2015), no Médio Tejo em OUTRAS FUNÇÕES (77,7%, em 2016) e na Lezíria do Tejo, em FUNÇÕES SOCIAIS (58,2%, em 2015).

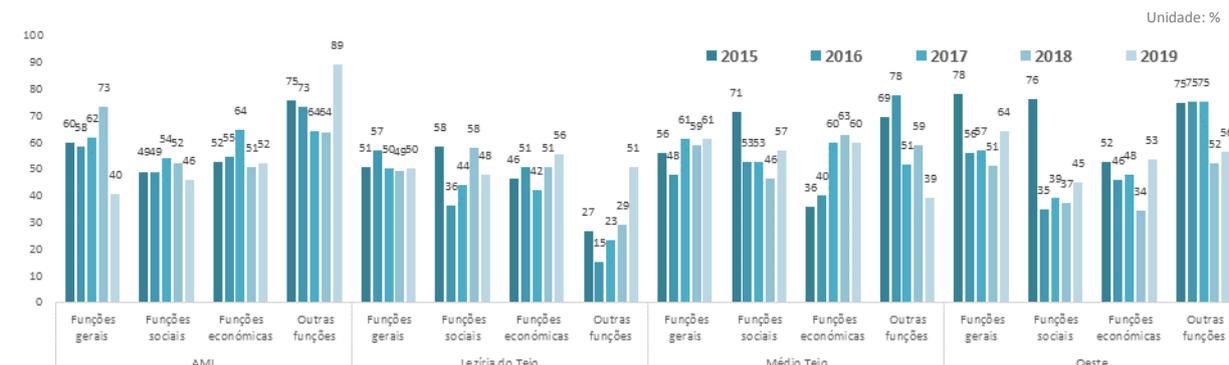
Tabela 28 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por grandes funções, por NUTS III, de 2015 a 2019

Unidade: %

Grau de execução por funções	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	FUNÇÕES GERAIS	59,7	58,4	61,7	73,0	40,5	-44,6
	FUNÇÕES SOCIAIS	48,9	48,9	54,1	52,3	46,0	-12,1
	FUNÇÕES ECONÓMICAS	52,4	54,6	64,5	50,5	52,1	3,2
	OUTRAS FUNÇÕES	75,4	73,4	64,2	63,8	89,2	39,8
LEZÍRIA DO TEJO	FUNÇÕES GERAIS	50,7	57,0	49,9	49,1	50,3	2,3
	FUNÇÕES SOCIAIS	58,2	36,2	43,9	57,8	47,8	-17,2
	FUNÇÕES ECONÓMICAS	46,3	50,6	42,1	50,8	55,5	9,2
	OUTRAS FUNÇÕES	26,5	14,9	23,1	28,9	50,7	75,5
MÉDIO TEJO	FUNÇÕES GERAIS	56,0	47,8	61,2	59,0	61,2	3,8
	FUNÇÕES SOCIAIS	71,4	52,6	52,7	46,3	57,0	23,1
	FUNÇÕES ECONÓMICAS	35,8	39,9	59,8	62,6	59,9	-4,2
	OUTRAS FUNÇÕES	69,5	77,7	51,4	58,9	39,0	-33,7
OESTE	FUNÇÕES GERAIS	78,2	56,1	56,8	51,3	63,9	24,6
	FUNÇÕES SOCIAIS	76,0	34,5	38,9	37,1	44,8	20,9
	FUNÇÕES ECONÓMICAS	52,4	45,9	47,8	34,4	53,3	54,7
	OUTRAS FUNÇÕES	74,8	75,0	75,2	51,9	56,3	8,6

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 32 – Evolução do grau de execução do investimento municipal, por grandes funções, por NUTS III, de 2015 a 2019**

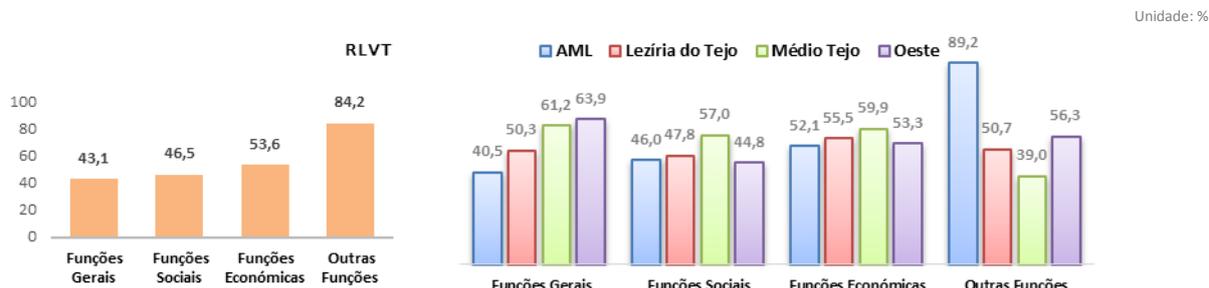


Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

#### 4.4.3 GRAU DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL, POR GRANDES FUNÇÕES, POR MUNICÍPIO, 2019

A comparação entre o investimento previsto e o investimento executado permite-nos identificar o grau de execução destas despesas, o qual foi, como se referiu, de 48,3% em 2019, na RLVT. No que diz respeito às grandes funções, constata-se na RLVT o maior grau de execução nas OUTRAS FUNÇÕES (84,2%), seguindo-se o apurado para as FUNÇÕES ECONÓMICAS (53,6%) e pelas FUNÇÕES SOCIAIS (46,5). O menor valor foi identificado nas FUNÇÕES GERAIS (43,1%).

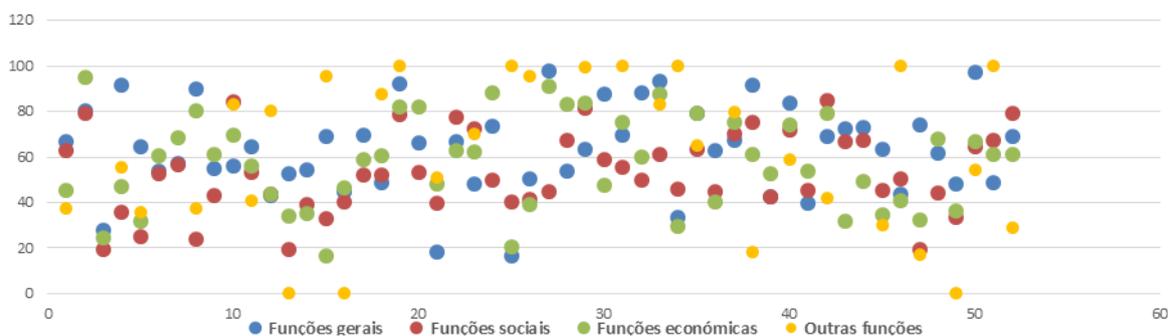
**Gráfico 33 – Grau de execução do investimento previsto por grandes funções e por NUTS III, em 2019**



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

O grau de execução do investimento municipal previsto pelos municípios da RLVT, em 2019, na sua análise por grandes funções, revelou uma grande heterogeneidade, conforme se verifica no gráfico de dispersão seguinte, estando a maior frequência de registos entre os 40% e os 60%.

**Gráfico 34 – Dispersão do grau de execução do investimento previsto por grandes funções e por município, em 2019**



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

Na AML, os melhores graus de execução foram apresentados pelos seguintes municípios:

- FUNÇÕES GERAIS - município de Alcochete com 91,9%;
- FUNÇÕES SOCIAIS - município de Mafra com 81,6%;
- FUNÇÕES ECONÓMICAS - município de Mafra com 83,7%;
- OUTRAS FUNÇÕES - municípios de Vila Franca de Xira, Odivelas, Lisboa e Montijo, todos com uma taxa de execução de 100%.

Na Lezíria do Tejo:

- FUNÇÕES GERAIS - município de Chamusca com 92,2%;
- FUNÇÕES SOCIAIS - município de Chamusca com 78,7%;
- FUNÇÕES ECONÓMICAS - município de Golegã com 88,1%;
- OUTRAS FUNÇÕES - município de Chamusca com 100%.

No Médio Tejo:

- FUNÇÕES GERAIS - município de Alcanena com 80,4%;
- FUNÇÕES SOCIAIS - município de Sardoal com 85,0%;
- FUNÇÕES ECONÓMICAS - município de Alcanena com 95,0%;
- OUTRAS FUNÇÕES - município de Ferreira do Zêzere com 70,2%.

No Oeste:

- FUNÇÕES GERAIS - município de Lourinhã com 97,6%;
- FUNÇÕES SOCIAIS - município de Arruda dos Vinhos com 84,4%;
- FUNÇÕES ECONÓMICAS - município de Lourinhã com 90,8%;
- OUTRAS FUNÇÕES - município de Cadaval com 95,7%.

**Tabela 29 – Grau de execução do investimento previsto por grandes funções e por município, em 2019**

Municípios	Funções gerais (%)	Funções sociais (%)	Funções económicas (%)	Outras funções (%)
Abrantes	66,8	62,8	45,6	37,6
Alcanena	80,4	79,0	95,0	
Alcobaça	28,0	19,3	24,8	
Alcochete	91,9	35,6	47,3	55,6
Alenquer	64,3	25,1	31,6	36,0
Almada	53,8	52,6	60,8	
Almeirim	57,3	56,5	68,7	
Alpiarça	90,0	24,1	80,6	37,3
Amadora	55,2	43,2	61,3	
Arruda dos Vinhos	55,8	84,4	69,4	83,3
Azambuja	64,7	53,5	56,2	40,9
Barreiro	43,3	43,5	43,9	80,5
Benavente	52,9	19,6	34,3	0,0
Bombarral	54,6	39,1	35,4	
Cadaval	69,1	33,1	16,5	95,7
Caldas da Rainha	44,7	40,5	46,6	
Cartaxo	69,5	52,3	58,9	
Cascais	48,5	52,3	60,7	87,4
Chamusca	92,2	78,7	82,2	100,0
Constância	66,2	53,5	82,2	
Coruche	18,5	39,7	48,0	50,9
Entroncamento	66,6	77,5	62,7	
Ferreira do Zêzere	48,3	72,2	62,3	70,2
Golegã	73,6	49,8	88,1	
Lisboa	16,3	40,1	20,6	100,0
Loures	50,4	41,2	39,4	95,7
Lourinhã	97,6	44,6	90,8	
Mação	53,6	67,6	83,1	
Mafra	63,6	81,6	83,7	99,7
Moita	87,7	58,7	47,7	
Montijo	69,6	55,6	75,1	100,0
Nazaré	88,0	49,7	59,8	
Óbidos	93,4	61,4	87,6	82,9

Municípios	Funções gerais (%)	Funções sociais (%)	Funções económicas (%)	Outras funções (%)
Odivelas	33,5	46,0	29,5	100,0
Oeiras	79,0	63,2	79,0	64,9
Ourém	62,7	44,5	40,2	
Palmela	67,5	70,1	75,3	80,0
Peniche	91,9	75,3	61,1	18,4
Rio Maior	42,3	42,6	52,9	
Salvaterra de Magos	83,7	72,1	74,3	59,1
Santarém	39,6	45,5	53,8	
Sardoal	69,3	85,0	79,3	42,0
Seixal	72,7	66,9	31,6	
Sesimbra	73,1	67,6	49,5	
Setúbal	63,7	45,6	34,6	30,2
Sintra	43,7	50,6	40,8	99,8
Sobral de Monte Agraço	74,1	19,7	32,2	16,9
Tomar	61,5	44,3	67,8	
Torres Novas	48,4	33,7	36,1	
Torres Vedras	97,2	64,5	66,6	54,1
Vila Franca de Xira	48,9	67,3	61,4	100,0
Vila Nova da Barquinha	68,9	79,0	61,0	28,9
<b>RLVT</b>	<b>43,1</b>	<b>46,5</b>	<b>53,6</b>	<b>84,2</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT.

## 4.5 INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA

### 4.5.1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA, NA RLVT

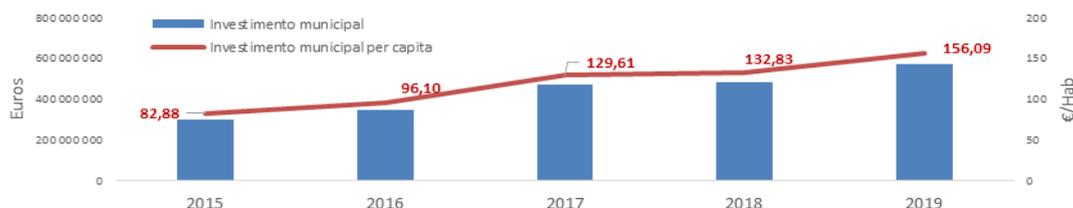
Numa abordagem enquadradora do investimento, com base nos registos evidenciados no PPI, tendo também por referência as estimativas anuais da população residente em cada concelho<sup>43</sup> releva-se um crescimento contínuo desde 2015, ano em que cada habitante beneficiou de investimento municipal na ordem dos 82,88 €, melhorando progressivamente até 2019, em que esse rácio foi de 156,09 €/hab.

Tabela 30 – Evolução do investimento municipal *per capita* RLVT, de 2015 a 2019

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
INVESTIMENTO MUNICIPAL	301 032 579	349 536 505	472 621 006	485 542 911	573 549 077	18,1	90,5
POPULAÇÃO RESIDENTE	3 631 935	3 637 273	3 646 565	3 655 281	3 674 534	0,5	1,2
INVESTIMENTO MUNICIPAL <i>PER CAPITA</i>	82,88	96,10	129,61	132,83	156,09	17,5	88,3

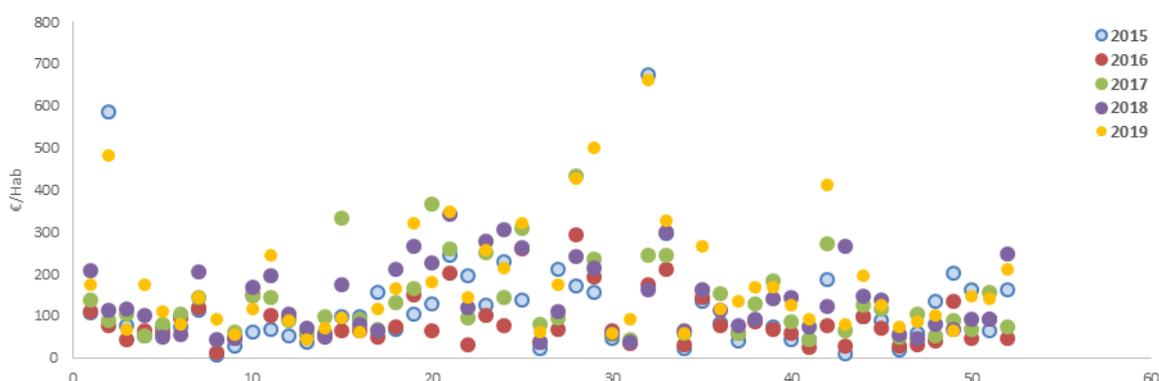
Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 35 – Evolução do investimento municipal *per capita*, na RLVT, de 2015 a 2019



Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; INE - Estimativas da população residente.

<sup>43</sup> Fontes: Dados obtidos em [www.ine.pt](http://www.ine.pt); 2015 - INE estimativas da população para 2015, última atualização destes dados: 02 de junho de 2016; 2016 - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente. Dados obtidos a 07-11-2017; 2017 - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização destes dados: 15 de junho de 2018. Quadro extraído em 07 de dezembro de 2018; 2018 - INE Estimativas da população residente para 2018 (Última atualização destes dados: 14 de junho de 2019); 2019 - INE estimativas da população residente para 2019 (Última atualização destes dados: 14 de junho de 2021).

Gráfico 36 – Dispersão do investimento municipal *per capita*, na RLVT, de 2015 a 2019

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; INE - Estimativas da população residente.

#### 4.5.2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA, POR NUTS III

A linha evolutiva contínua do crescimento do investimento municipal *per capita* na RLVT foi resultado de dinâmicas distintas entre as suas sub-regiões ao longo do período, muito embora os registos deste rácio em 2019 tenham sido genericamente melhorados, relativamente a 2015.

2019 foi o ano de menor variação de registos em termos de investimento por habitante, por NUTS III, variando entre os 140,70 €/hab no conjunto dos municípios do Oeste e os 164,53 €/hab no Médio Tejo.

Ao longo dos 5 anos, salientando-se a grande heterogeneidade de valores, o menor investimento *per capita* foi revelado pelo conjunto de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em 2015 (68,81 €/hab), já o valor máximo revelou-se na sub-região do Médio Tejo, também em 2015, com 165,72 €/hab.

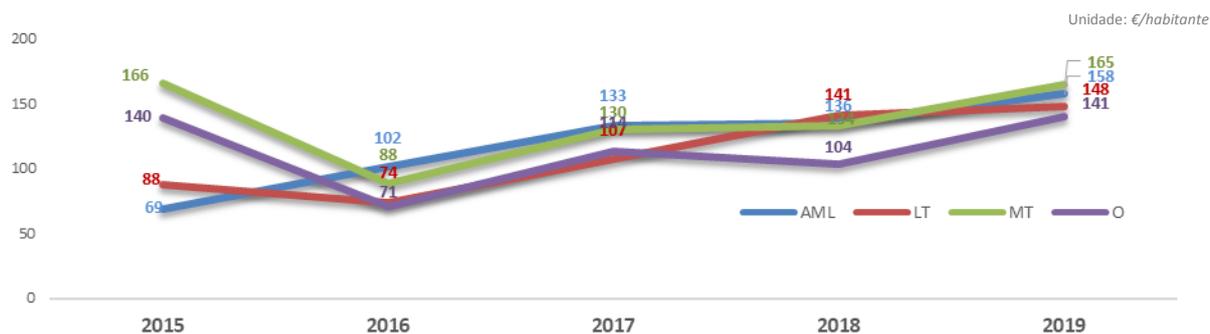
À escala municipal a variação ainda foi maior destacando-se:

- Em 2015 o município de Nazaré (NUTS III do Oeste) registou um investimento *per capita* de 674,4 €/hab, o maior registo municipal nos 5 anos, enquanto em Alpiarça, município da Lezíria do Tejo, cada residente beneficiou apenas de 9,0 €/hab;
- Em 2016 e em 2017, o município de Mação (NUTS III do Médio Tejo) evidenciou os maiores registos de investimento *per capita*, respetivamente 293,1 €/hab e 435,5 €/hab; já o município de Alpiarça (Lezíria do Tejo) apresentou os menores índices naqueles anos, ou seja, 13,1 €/hab e 43,1 €/hab;
- Em 2018 o município de Coruche (Lezíria do Tejo) registou um investimento *per capita* de 343,1 €/hab, enquanto em Loures, município da AML, cada residente beneficiou de 38,8 €/hab;
- Em 2019 o município de Nazaré (NUTS III do Oeste) evidencia-se com um investimento *per capita* de 662,4 €/hab, enquanto em Benavente, município da Lezíria do Tejo, cada residente beneficiou apenas de 44,2 €/hab.

Tabela 31 – Evolução do investimento municipal *per capita*, por NUTS III, de 2015 a 2019

Investimento municipal <i>per capita</i>	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	68,81	101,79	133,47	135,69	158,05	16,5	129,7
LEZÍRIA DO TEJO	87,52	74,28	107,23	141,03	147,99	4,9	69,1
MÉDIO TEJO	165,72	88,35	130,09	133,75	164,53	23,0	-0,7
OESTE	139,51	70,57	113,67	104,03	140,70	35,3	0,9
<b>RLVT</b>	<b>82,88</b>	<b>96,10</b>	<b>129,61</b>	<b>132,83</b>	<b>156,09</b>	<b>17,5</b>	<b>88,3</b>

Fonte: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; INE - Estimativas da população residente.

Gráfico 37 – Evolução do investimento municipal *per capita*, na RLVT, de 2015 a 2019

Fonte: SIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; INE - Estimativas da população residente.

#### 4.5.3 INVESTIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA, POR MUNICÍPIO, 2019

Em 2019, o investimento *per capita* na RLVT foi de 156,1 €/hab. Por município, como referido, identificou-se uma variação significativa entre os valores mais baixos (44,2 €/hab e 55,7 €/hab em, respetivamente Benavente e Amadora) e os mais altos (662,4 €/hab e 500,7 €/hab em, respetivamente Nazaré e Mafra).

Tabela 32 – Investimento *per capita* por município, 2019

(Ordem decrescente de população)

Municípios	Total investimento (€)	População residente (N.º habitantes)	Valores <i>per capita</i> (€/hab)
Lisboa	164 361 610,31	509 515	322,6
Sintra	29 665 501,16	391 402	75,8
Loures	13 259 639,79	213 687	62,1
Cascais	35 747 192,25	213 608	167,3
Amadora	10 251 896,79	184 106	55,7
Oeiras	47 411 971,31	177 408	267,2
Almada	13 477 317,09	169 039	79,7
Seixal	13 629 267,42	167 752	81,2
Odivelas	9 417 901,56	161 774	58,2
Vila Franca de Xira	20 033 067,56	141 957	141,1
Setúbal	14 422 794,23	115 126	125,3
Mafra	42 466 952,29	84 816	500,7
Torres Vedras	11 572 219,36	78 530	147,4
Barreiro	6 836 947,24	75 147	91,0
Moita	3 879 427,01	64 407	60,2
Palmela	8 667 838,73	64 269	134,9
Montijo	5 348 587,98	57 614	92,8
Santarém	5 255 690,37	57 421	91,5
Alcobaça	3 615 116,06	53 555	67,5
Caldas da Rainha	3 250 620,75	51 912	62,6
Sesimbra	10 205 101,33	51 858	196,8
Alenquer	4 854 600,13	44 052	110,2
Ourém	5 184 973,03	44 044	117,7
Tomar	3 775 506,65	36 748	102,7
Abrantes	6 158 728,03	35 130	175,3
Torres Novas	2 332 380,53	34 933	66,8
Benavente	1 353 531,95	30 602	44,2
Peniche	4 458 999,71	26 501	168,3
Lourinhã	4 567 564,58	25 855	176,7
Cartaxo	2 812 256,84	23 843	117,9
Azambuja	5 540 114,92	22 716	243,9
Almeirim	3 239 835,38	22 546	143,7
Entroncamento	3 113 503,13	21 558	144,4
Salvaterra de Magos	2 705 380,50	21 295	127,0
Rio maior	3 436 821,67	20 379	168,6
Alcochete	3 471 185,03	19 787	175,4
Coruche	6 104 885,82	17 471	349,4
Arruda dos Vinhos	1 785 372,39	15 412	115,8
Nazaré	9 383 430,30	14 165	662,4
Cadaval	1 292 894,27	13 673	94,6

Municípios	Total investimento (€)	População residente (N.º habitantes)	Valores <i>per capita</i> (€/hab)
Alcanena	6 170 076,07	12 809	481,7
Bombarral	893 406,57	12 558	71,1
Óbidos	3 868 758,71	11 850	326,5
Sobral de Monte Agraço	929 512,55	10 651	87,3
Chamusca	2 958 572,29	9 197	321,7
Ferreira do Zêzere	2 037 188,23	7 959	256,0
Vila Nova da Barquinha	1 583 701,31	7 461	212,3
Alpiarça	646 342,94	7 059	91,6
Mação	2 688 504,41	6 267	429,0
Golegã	1 147 506,78	5 339	214,9
Constância	728 758,78	4 030	180,8
Sardoal	1 548 123,33	3 741	413,8
<b>RLVT</b>	<b>573 549 077,42</b>	<b>3 674 534</b>	<b>156,1</b>

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; INE Estimativas da população residente (Última atualização destes dados: 14 junho 2021).

**Gráfico 38 – Variação do investimento *per capita* dos municípios da RLVT, por NUTS III, em 2019**

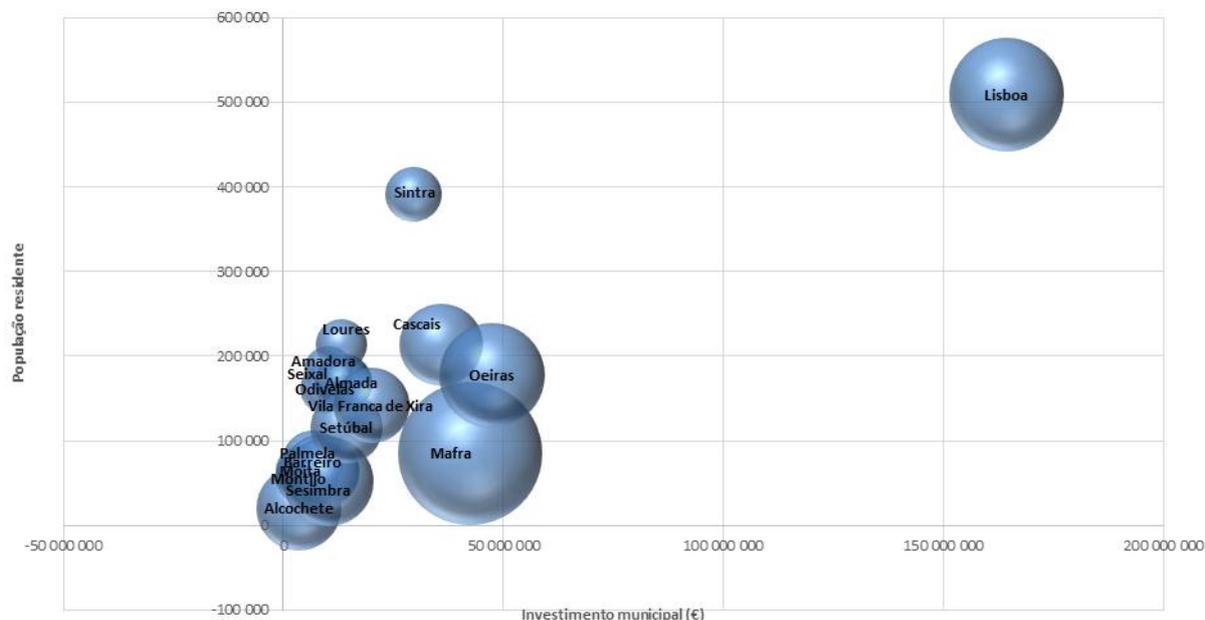


Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; INE Estimativas da população residente (Última atualização destes dados: 14 junho 2021).

Ao nível das sub-regiões a variação entre os valores de investimento *per capita* foi mais expressiva no Oeste, seguindo-se a sub-região da AML e do Médio Tejo.

Na AML, o investimento *per capita* dos municípios foi de 158,1 €/hab, oscilando entre o valor máximo de Mafra (500,7 €/hab) e o mínimo, em Amadora (55,7 €/hab).

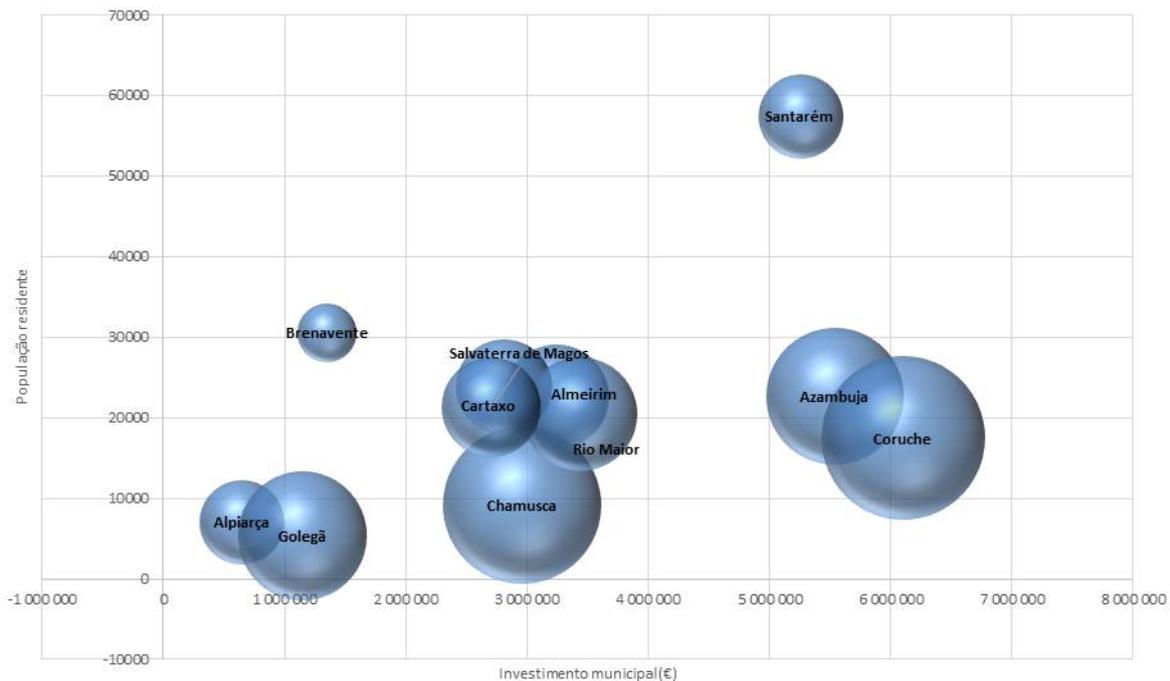
**Gráfico 39 – Investimento *per capita* dos municípios da AML, em 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT INE Estimativas da população residente (Última atualização destes dados: 14 junho 2021).

Na Lezíria do Tejo (148,0 €/hab), registou-se o valor máximo da sub-região em Coruche (349,4 €/hab) e como valor mínimo no município de Benavente, o menor também da RLVT, (44,2 €/hab).

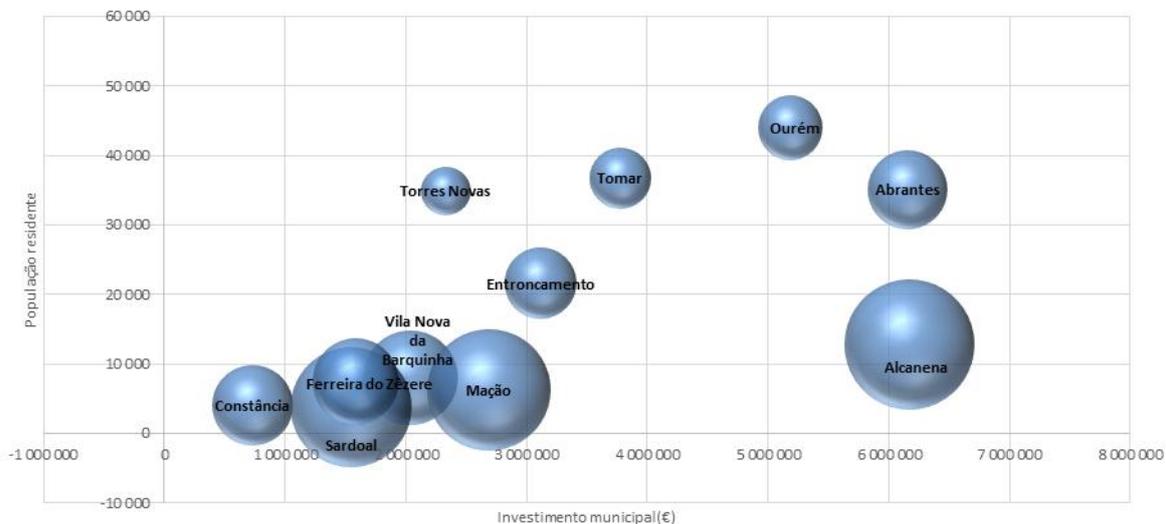
**Gráfico 40 – Investimento *per capita* dos municípios da Lezíria do Tejo, em 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; INE Estimativas da população residente (Última atualização destes dados: 14 junho 2021).

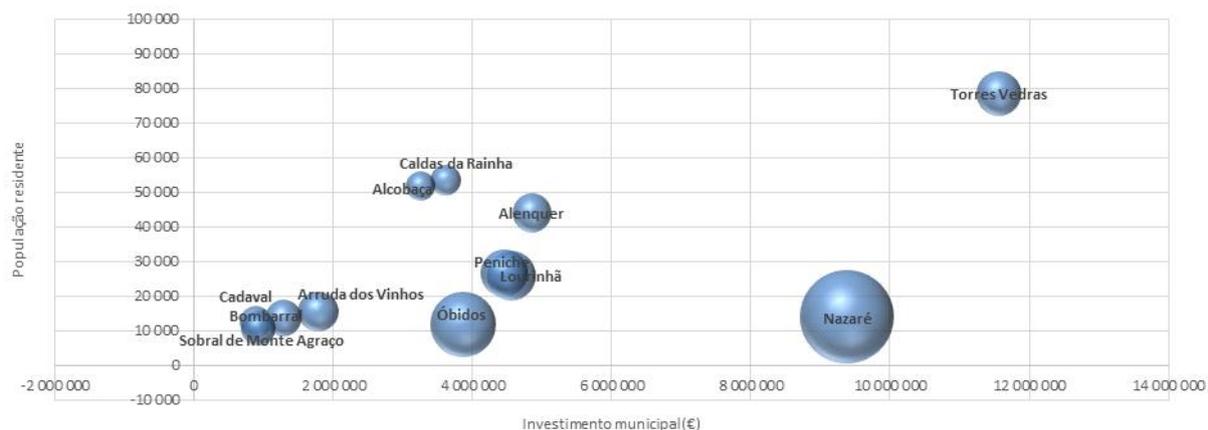
O investimento *per capita* dos municípios no conjunto do Médio Tejo foi de 164,5 €/hab. O valor máximo foi de Alcanena (481,7 €/hab) e o mínimo de Torres Novas (66,8 €/hab).

**Gráfico 41 – Investimento *per capita* dos municípios Médio Tejo, em 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; INE Estimativas da população residente (Última atualização destes dados: 14 junho 2021).

No Oeste (140,7 €/hab), o município de Nazaré (662,4 €/hab) obteve o maior valor de investimento *per capita*, sendo também o melhor rácio na RLVT, e Caldas da Rainha (62,6 €/hab) o menor valor.

Gráfico 42 – Investimento *per capita* dos municípios do Oeste, em 2019

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; INE Estimativas da população residente (Última atualização destes dados: 14 junho 2021).

## 4.6 INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM<sup>2</sup>

### 4.6.1 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM<sup>2</sup>, NA RLVT

Numa abordagem atenta à área geográfica releva-se um crescimento contínuo desde 2015, ano em que a Região beneficiou de investimento municipal (com base no seu apuramento através do PPI), na ordem dos 24.645 €/km<sup>2</sup>, melhorando progressivamente até 2019, em que esse rácio foi de 46.954 €/km<sup>2</sup>.

Tabela 33 – Evolução do investimento municipal por Km<sup>2</sup> na RLVT, de 2015 a 2019

Investimento municipal	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
INVESTIMENTO MUNICIPAL (€)	301 032 579	349 536 505	472 621 006	485 542 911	573 549 077	18,1	90,5
SUPERFÍCIE (KM <sup>2</sup> )	12 215	12 215	12 215	12 215	12 215	0,0	0,0
INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM <sup>2</sup> (€/KM <sup>2</sup> )	24 645	28 615	38 692	39 750	46 954	18,1	90,5

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

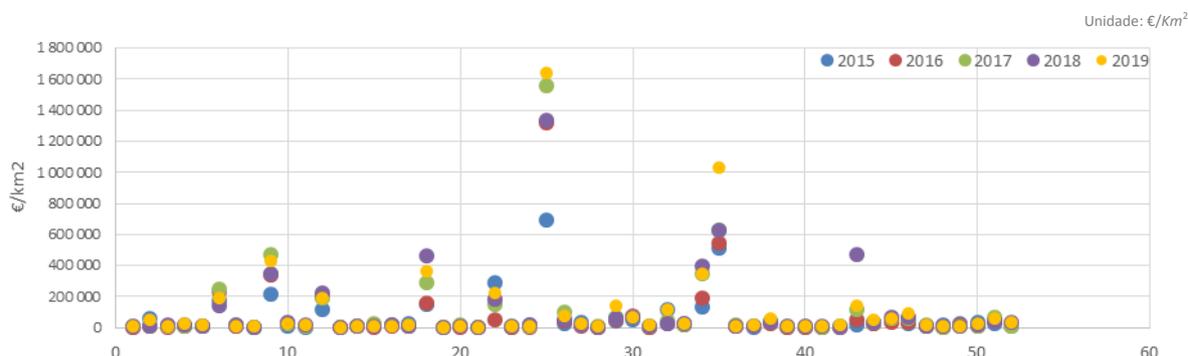
Gráfico 43 – Evolução do investimento municipal por Km<sup>2</sup>, na RLVT, de 2015 a 2019

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

Pese embora a linha evolutiva contínua do crescimento do investimento municipal por km<sup>2</sup> considerando a RLVT como um todo, a tendência de variação e a dispersão de resultados entre todos os seus 52 municípios, ao longo dos 5 anos em análise, foi enorme.

Como registos mais díspares relevam-se os apresentados pelos municípios de Alpiarça (em 2015 o investimento por km<sup>2</sup> foi de 692 €) e por Lisboa, o qual revelou, em 2019, um investimento de 1.643.616 €/km<sup>2</sup>.

**Gráfico 44 – Dispersão do investimento municipal por Km<sup>2</sup>, na RLVT, de 2015 a 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

#### 4.6.2 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM<sup>2</sup>, POR NUTS III

A linha evolutiva contínua do crescimento do investimento municipal por km<sup>2</sup> na RLVT foi resultado de dinâmicas distintas entre as suas sub-regiões ao longo do período, muito embora os registos deste rácio em 2019 tenham sido melhorados, relativamente a 2015, em todas as NUTS III, à exceção do Médio Tejo (-2,8%).

2015 foi o ano de menor variação de registos em termos de investimento por km<sup>2</sup>, por NUTS III, variando entre os 4.942 €/km<sup>2</sup>, no conjunto dos municípios da Lezíria do Tejo, e os 64.214 €/km<sup>2</sup> na AML.

À escala municipal a variação ainda foi maior com algumas notas de destaque:

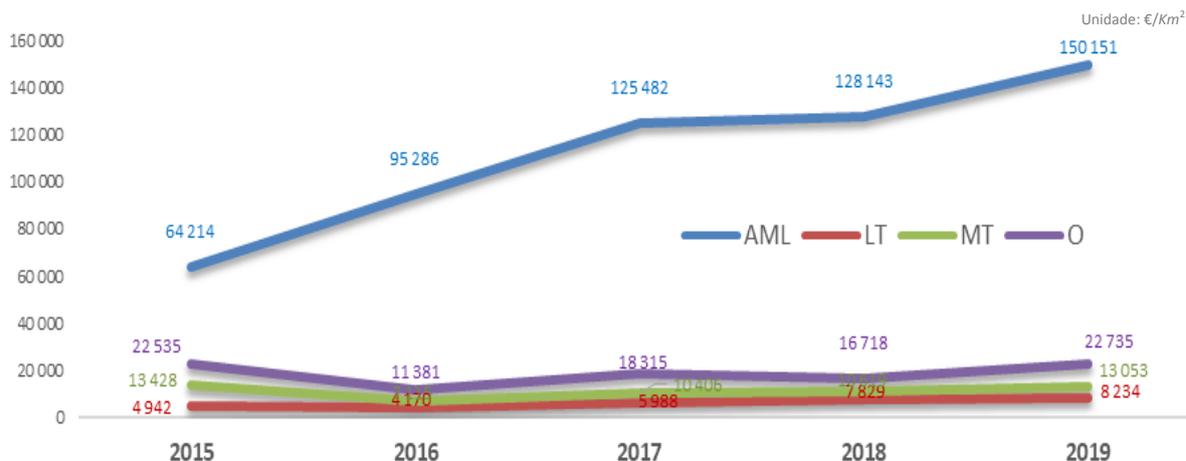
- Em 2015 e 2016 o município de Alpiarça (NUTS III da Lezíria do Tejo) registou, respetivamente, um investimento de 692 €/km<sup>2</sup>, o menor registo municipal de todos os anos, como referido, e de 996 €/km<sup>2</sup>, enquanto em Lisboa (AML), cada km<sup>2</sup> beneficiou de 695.987 € e de 1.319.253 €;
- Em 2017 e em 2018 o município de Chamusca (NUTS III da Lezíria do Tejo) registou, respetivamente, um investimento de 2.097 €/km<sup>2</sup> e de 3.293 €/km<sup>2</sup>, enquanto em Lisboa (AML), cada km<sup>2</sup> beneficiou de um investimento municipal na ordem dos 1.559.384 € e de 1.336.114 €, em 2018<sup>44</sup>.
- Em 2019 o município de Benavente (NUTS III da Lezíria do Tejo) evidencia-se com um investimento por km<sup>2</sup> de 2.598 €, enquanto em Lisboa, município da AML, cada km<sup>2</sup> beneficiou de 1.643.616 €, o maior registo municipal de todos os anos do período em análise.

**Tabela 34 – Evolução do investimento municipal por Km<sup>2</sup>, por NUTS III, de 2015 a 2019**

Investimento municipal por Km <sup>2</sup>	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%)	
						2018-2019	2015-2019
AML	64 214	95 286	125 482	128 143	150 151	17,2	133,8
LEZÍRIA DO TEJO	4 942	4 170	5 988	7 829	8 234	5,2	66,6
MÉDIO TEJO	13 428	7 115	10 406	10 619	13 053	22,9	-2,8
OESTE	22 535	11 381	18 315	16 718	22 735	36,0	0,9
<b>RLVT</b>	<b>24 645</b>	<b>28 615</b>	<b>38 692</b>	<b>39 750</b>	<b>46 954</b>	<b>18,1</b>	<b>90,5</b>

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

<sup>44</sup> Saliente-se que a aquisição de imóveis ao IGFSS no âmbito do programa de renda acessível, o acordo de colaboração com o IRHU e o programa de investimento Lisboa XXI, financiado pelo empréstimo BEI, influenciou em larga medida este indicador.

Gráfico 45 – Evolução do investimento municipal por Km<sup>2</sup>, na RLVT, de 2015 a 2019

Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2015 a 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

#### 4.6.3 INVESTIMENTO MUNICIPAL POR KM<sup>2</sup>, POR MUNICÍPIO, 2019

Numa análise atenta à área geográfica de cada concelho, o investimento municipal na região foi de 46.954 €/km<sup>2</sup> em 2019. Por município, identifica-se uma variação significativa – de 2.598 €/km<sup>2</sup> em Benavente, até 1.643.616 €/km<sup>2</sup> em Lisboa, como referido anteriormente.

Tabela 35 – Investimento por km<sup>2</sup> por município, 2019

(Ordem decrescente de superfície)

Municípios	Investimento (€)	Superfície (km <sup>2</sup> )	Valores por km <sup>2</sup> (€/km <sup>2</sup> )
Coruche	6 104 885,82	1116	5 470,3
Chamusca	2 958 572,29	746	3 965,9
Abrantes	6 158 728,03	715	8 613,6
Santarém	5 255 690,37	553	9 504,0
Benavente	1 353 531,95	521	2 598,0
Palmela	8 667 838,73	465	18 640,5
Ourém	5 184 973,03	417	12 434,0
Alcobaça	3 615 116,06	408	8 860,6
Torres Vedras	11 572 219,36	407	28 433,0
Mação	2 688 504,41	400	6 721,3
Tomar	3 775 506,65	351	10 756,4
Montijo	5 348 587,98	349	15 325,5
Sintra	29 665 501,16	319	92 995,3
Vila Franca de Xira	20 033 067,56	318	62 997,1
Alenquer	4 854 600,13	304	15 969,1
Mafra	42 466 952,29	292	145 434,8
Rio maior	3 436 821,67	273	12 589,1
Torres Novas	2 332 380,53	270	8 638,4
Azambuja	5 540 114,92	263	21 065,1
Caldas da Rainha	3 250 620,75	256	12 697,7
Salvaterra de Magos	2 705 380,50	244	11 087,6
Setúbal	14 422 794,23	230	62 707,8
Almeirim	3 239 835,38	222	14 593,9
Sesimbra	10 205 101,33	196	52 066,8
Ferreira do Zêzere	2 037 188,23	190	10 722,0
Cadaval	1 292 894,27	175	7 388,0
Loures	13 259 639,79	167	79 399,0
Cartaxo	2 812 256,84	158	17 799,1
Lourinhã	4 567 564,58	147	31 071,9
Óbidos	3 868 758,71	142	27 244,8
Alcochete	3 471 185,03	128	27 118,6
Alcanena	6 170 076,07	127	48 583,3
Lisboa	164 361 610,31	100	1 643 616,1
Cascais	35 747 192,25	97	368 527,8
Alpiarça	646 342,94	95	6 803,6

Municípios	Investimento (€)	Superfície (km <sup>2</sup> )	Valores por km <sup>2</sup> (€/km <sup>2</sup> )
Seixal	13 629 267,42	95	143 466,0
Sardoal	1 548 123,33	92	16 827,4
Bombarral	893 406,57	91	9 817,7
Golegã	1 147 506,78	84	13 660,8
Nazaré	9 383 430,30	82	114 432,1
Constância	728 758,78	80	9 109,5
Arruda dos Vinhos	1 785 372,39	78	22 889,4
Peniche	4 458 999,71	78	57 166,7
Almada	13 477 317,09	70	192 533,1
Moita	3 879 427,01	55	70 535,0
Sobral de Monte Agraço	929 512,55	52	17 875,2
Vila Nova da Barquinha	1 583 701,31	50	31 674,0
Oeiras	47 411 971,31	46	1 030 695,0
Barreiro	6 836 947,24	36	189 915,2
Odivelas	9 417 901,56	27	348 811,2
Amadora	10 251 896,79	24	427 162,4
Entroncamento	3 113 503,13	14	222 393,1
<b>RLVT</b>	<b>573 549 077,42</b>	<b>12 215</b>	<b>46 954,5</b>

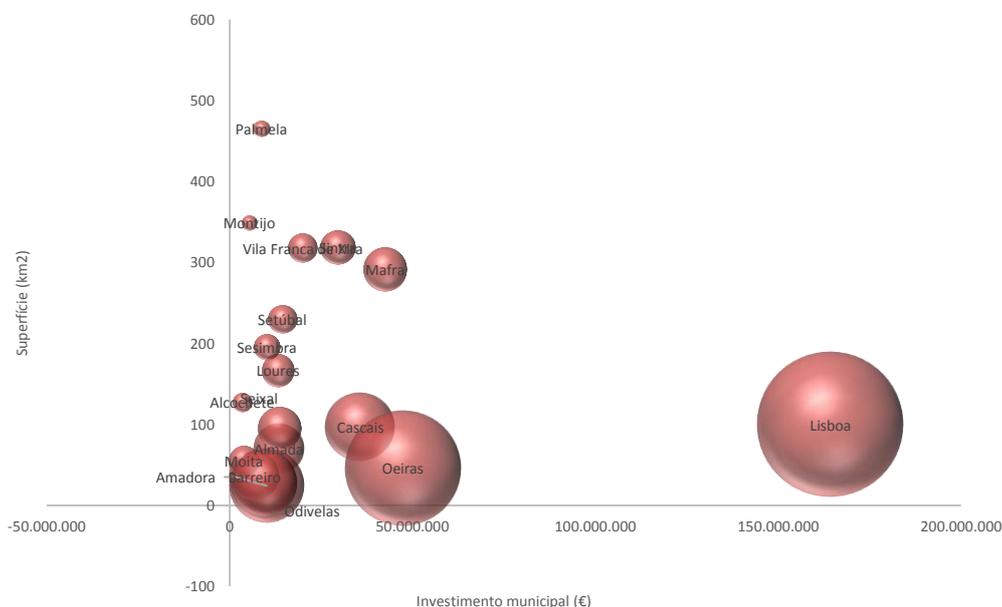
Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

A variação de valores é muito díspar ao nível sub-regional, com particular evidência para a AML, atendendo aos valores de investimento realizado em Lisboa.

Em ordem decrescente, segue-se a variação no Médio Tejo, Oeste e Lezíria do Tejo.

Na AML, o investimento por km<sup>2</sup> dos municípios foi de 150.151 €/km<sup>2</sup>. Tal como referido, o valor máximo registou-se em Lisboa (1.643.616 €/km<sup>2</sup>) e o mínimo em Montijo (15.325 €/km<sup>2</sup>).

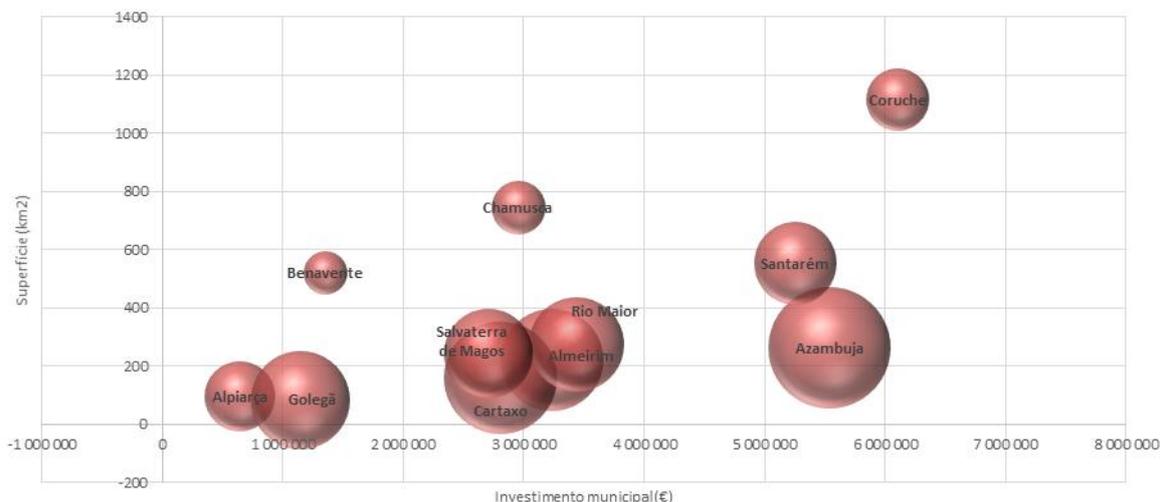
Gráfico 46 – Investimento por Km<sup>2</sup> dos municípios da AML, em 2019



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

A Lezíria do Tejo representou a sub-região com a menor variação de investimento por km<sup>2</sup> tendo igualmente o menor valor da região em Benavente (2.598 €/km<sup>2</sup>) e como valor máximo Azambuja (21.065 €/km<sup>2</sup>). O investimento por km<sup>2</sup> na sub-região foi de 8.234 €/km<sup>2</sup>.

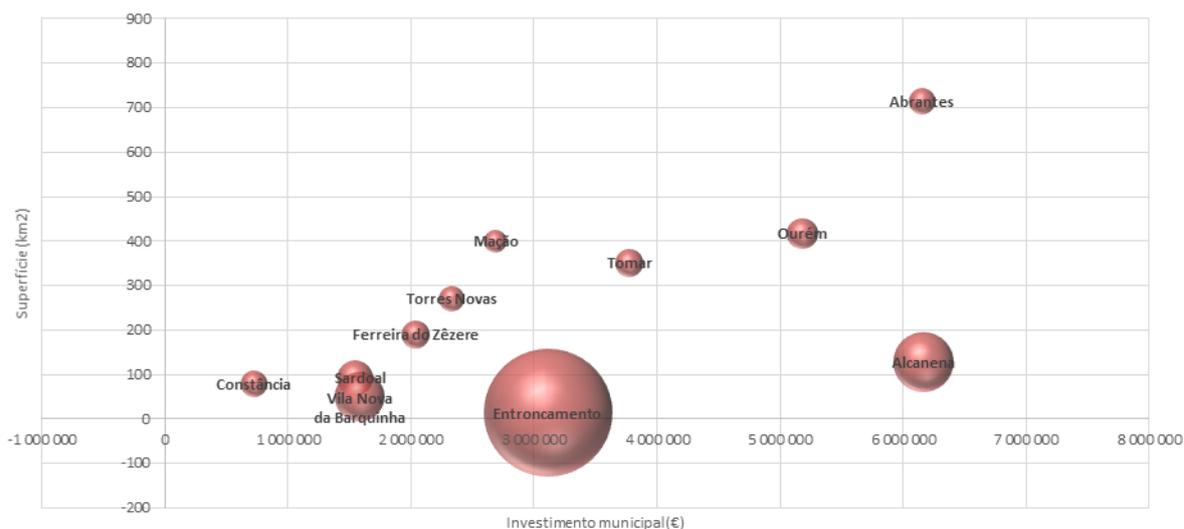
**Gráfico 47 – Investimento por Km<sup>2</sup> dos municípios da Lezíria do Tejo, em 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

No Médio Tejo o valor máximo registou-se no município do Entroncamento (222.393 €/km<sup>2</sup>) e como valor mínimo Mação 6.721 €/km<sup>2</sup>. O investimento por km<sup>2</sup> foi, no conjunto dos municípios desta sub-região de 13.053 €/km<sup>2</sup>.

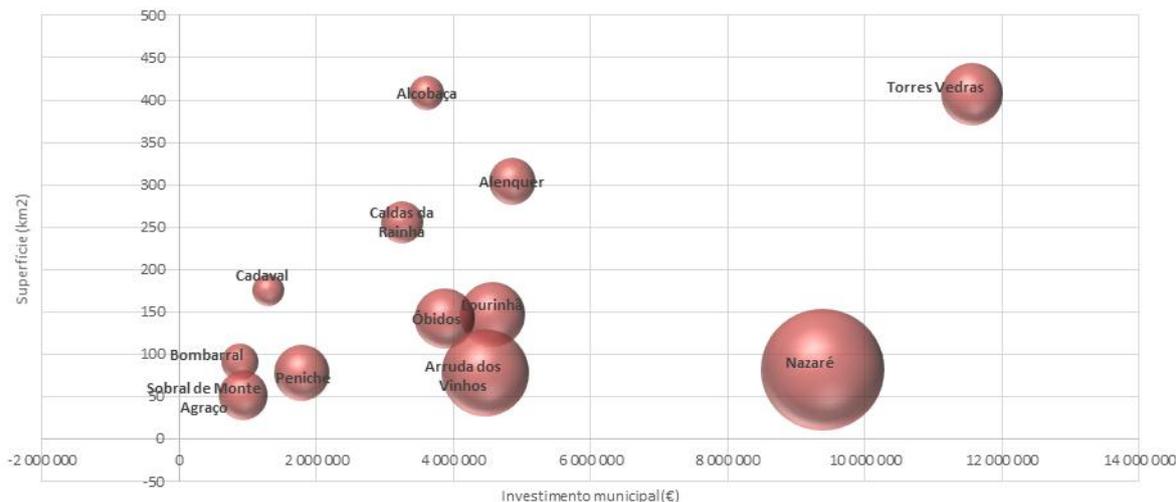
**Gráfico 48 – Investimento por Km<sup>2</sup> dos municípios Médio Tejo, em 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

Finalmente o Oeste, onde o investimento por km<sup>2</sup> foi de 22.735 €/km<sup>2</sup>. O município de Nazaré (114.432 €/km<sup>2</sup>) teve o maior valor e o Cadaval (7.388 €/km<sup>2</sup>) o valor mínimo.

**Gráfico 49 – Investimento por Km<sup>2</sup> dos municípios do Oeste, em 2019**



Fontes: SIIAL; Documentos de prestação de contas de 2019 dos municípios da RLVT; PORDATA – Superfície 2018, última atualização: 2020-03-30.

## CAPÍTULO V. NOTAS FINAIS

O presente estudo incide sobre os investimentos realizados pelos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, entre 2015 e 2019, tendo por base a sua natureza económica, analisando-se o investimento direto e indireto, e a sua natureza funcional, por grandes funções. Estas resultam da classificação funcional das despesas definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

O investimento considerado foi o registado pelos municípios no Mapa de Controlo Orçamental da Despesa e no Plano Plurianual de Investimentos, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais - SIIAL, sendo validado, globalmente, a partir dos documentos de prestação de contas.

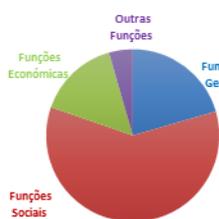
Em **termos evolutivos**, evidenciou-se uma tendência genericamente crescente, no investimento realizado (direto e indireto), registando - se em 2019 gastos no valor de 673,67 M€, duplicando os de 2015, observando-se como o maior registo do período em análise.



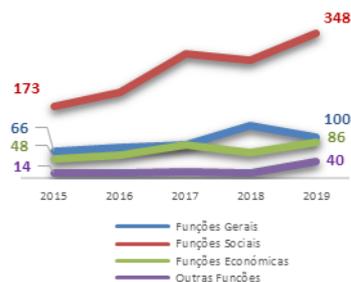
A fatia do investimento direto (peso das despesas com a aquisição de bens de capital) foi variando ao longo do período - de 84% para 79%, em 2019, ano em que desceu significativamente a favor do peso das transferências de capital atribuídas a outras entidades (investimento indireto). Entre 2015 e 2019 este agregado evoluiu de um peso 16% para 21%, embora com algumas oscilações de subidas e descidas.

No total do período de 2015 a 2019, o investimento foi composto pela aquisição de bens de capital (83,0%) e por 17,0% de transferências de capital, representando um peso de 18,7% no total das despesas municipais.

Já numa perspetiva de análise às grandes funções em que ocorreu o investimento municipal, constata-se que, entre 2015 e 2019, embora sempre crescente em termos regionais, se refletiram tendências distintas, conforme a tipologia das funções a que se destinou.

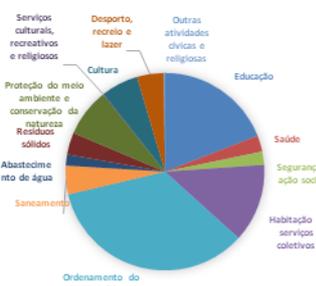


Nos cinco exercícios analisados, as **FUNÇÕES SOCIAIS** (59,8%) registaram o maior **volume de investimentos**. O investimento municipal não setorializado – aplicado em **FUNÇÕES**



**GERAIS**, assumiu o segundo papel mais importante a partir de 2015 (20,5%). Nas **FUNÇÕES ECONÓMICAS** enquadraram-se 15,2% dos investimentos municipais, enquanto nas **OUTRAS FUNÇÕES** foram realizados 4,4%.

Nas **FUNÇÕES GERAIS** esta despesa cresceu em +51,9%, entre 2015 e 2019, embora tenha descido -21,6% neste último ano face a 2018, destacando-se o investimento nos *serviços gerais da administração pública*, correspondente a 93,6% dos investimentos realizados, nos cinco anos, nesta área. As restantes subfunções apresentaram uma relevância residual, merecendo algum destaque o peso relativo das despesas com *proteção civil e luta contra incêndios* (5,6%). O peso das despesas com a *polícia municipal* (0,7%) e *segurança e ordens públicas* (0,05%) tiveram uma relevância menos significativa, em termos comparativos.



O investimento municipal em **FUNÇÕES SOCIAIS** apresenta uma importância relevante nos municípios da RLVT. Em termos evolutivos, o montante destas despesas duplicou entre 2015 e 2019, mas ocorreram dinâmicas pontuais de descida em 2018. As subfunções sociais que assumem maior preponderância, especialmente a partir de 2016, são o *ordenamento do território* (peso de 34,6%) – inclui os investimentos de reabilitação urbana e rural e a elaboração e execução dos planos diretores municipais, bem como a *educação* (peso de 19,1%) – engloba os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, as escolas ou centros de educação especial e de educação de adultos e as infraestruturas do desporto escolar que se enquadram nas competências municipais, e ainda a *habitação e serviços coletivos* (12,8%).

Com um acréscimo de +78,9% do valor global, entre 2015 e 2019, o investimento em **FUNÇÕES ECONÓMICAS** diminuiu apenas entre 2017 e 2018, voltando a crescer em +37,7% em 2019. Os municípios privilegiaram significativamente a área dos *transportes rodoviários* (peso de 68,6%) – despesas com os viadutos, a construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização, bem como a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento. Seguiu-se a *indústria e energia* – despesas com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais, a iluminação pública e as resultantes dos incentivos à diversificação das fontes de energia e apoio ao transporte e distribuição de energia (peso de 10,9%) e *transportes e comunicações* (peso no total dos 5 anos de 8,7%).





As **OUTRAS FUNÇÕES** englobam os investimentos de índole residual, não enquadráveis nas restantes, bem como os investimentos que, pela sua natureza, abrangem mais do que uma função. Dada a sua natureza residual, os valores de investimento são naturalmente baixos. Em termos evolutivos assinala-se uma subida destas despesas, entre 2015 e 2019 (+188,7%), em especial devido ao seu acréscimo neste último ano (+180,6%). A maior relevância é assumida pela subfunção *diversas não especificadas* (60,3%), devido ao facto de nesta rubrica serem incluídos investimentos multifuncionais.

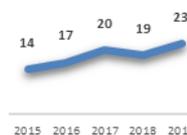


O investimento municipal teve como **principais fontes de financiamento** a poupança corrente (48,3% no total das fontes nos 5 anos), o saldo da gerência anterior (28,5%), as receitas com os empréstimos de médio e longo prazo contratualizados (8,0%), a venda de bens de investimento (8,1%), os fundos comunitários (3,1%), o FEF de capital (2,1%) e as outras transferências de capital (1,8%).

No seu total, estas fontes de financiamento representaram 38,8% do total de receita bruta durante o mesmo período.

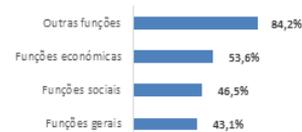
A **comparação**, no conjunto dos 5 anos, entre o **investimento municipal pago** – investimento direto e indireto – com as **fontes de financiamento privilegiadas para este tipo de despesas**, permite-nos constatar que há uma taxa de cobertura integral dos investimentos pagos por parte destas receitas, com as despesas de investimento a absorverem na região 39,9% das receitas consideradas como principais fontes de financiamento.

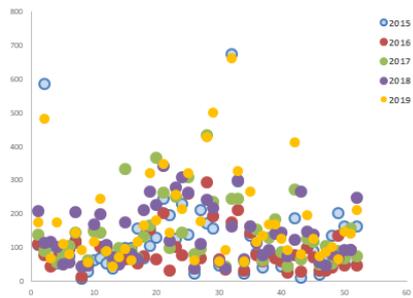
O **peso do investimento municipal no total das despesas municipais** releva uma tendência de crescimento – 14,3% em 2015 e 22,5% em 2019 - em resultado da linha evolutiva registada pelo peso do investimento direto.



Ao longo do período, o **grau de execução global dos investimentos municipais previstos** evidenciou uma tendência irregular, evoluindo-se de um grau de execução de 55,4% em 2015, para 48,3% em 2019, sendo uma das causas comuns a morosidade dos procedimentos de contratação, não concluídos conforme o previsto ou mesmo anulados.

Numa análise por funções, em 2019, constata-se o **melhor grau de execução nas OUTRAS FUNÇÕES (84,2%)**, seguido das **FUNÇÕES ECONÓMICAS (53,6%)** e das **FUNÇÕES SOCIAIS (46,5%)**. O menor valor foi registado nas **FUNÇÕES GERAIS (43,1%)**.





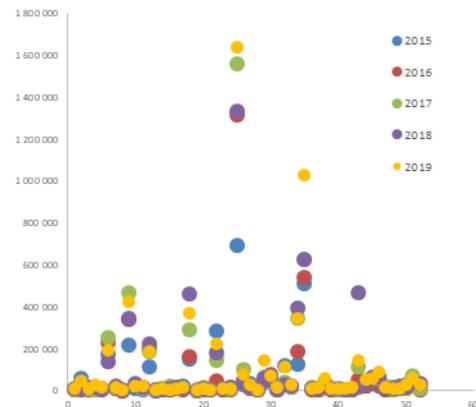
Numa abordagem enquadradora ao **investimento per capita** na RLVT releva-se um crescimento contínuo desde 2015, ano em que cada habitante beneficiou de investimento municipal na ordem dos 82,88 €, melhorando progressivamente até 2019, em que esse rácio foi de 156,09 €/hab.

Ao longo dos 5 anos em análise, salienta-se a grande heterogeneidade de valores de investimento *per capita*. Em 2015 registou-se o menor (9,0 €/hab) e o maior (674,4 €/hab) valor de investimento *per capita*.

Em termos de **investimento por km<sup>2</sup>** constatou-se também um crescimento contínuo desde 2015, na RLVT, ano em que evoluindo dos 24.645 €/km<sup>2</sup>, melhorou progressivamente até 2019, em que esse rácio foi de 46.954 €/km<sup>2</sup>.

Pese embora a linha evolutiva contínua do crescimento do investimento municipal por km<sup>2</sup> considerando a RLVT como um todo, a tendência de variação e a dispersão de resultados entre todos os seus 52 municípios, ao longo dos 5 anos em análise, foi muito grande.

Como registos mais díspares relevam-se os apresentados em 2015, investimento por km<sup>2</sup> de 692 €, e em 2019, com o registo de investimento na ordem dos 1.643.616 €/km<sup>2</sup>.



## BIBLIOGRAFIA

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros, Lisboa.

Franco, A. L. de Sousa (2003). *Finanças do Sector Público-Introdução aos Subsectores Institucionais*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa.

Santos, J. Albano. Os saldos orçamentais, GPEARI – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Santos, J. Albano (2016). *Finanças públicas*, INA Editora, Lisboa.

Sousa Franco, António L., (2002). *Finanças públicas e direito financeiro*, volumes I e II, Almedina, Coimbra.

Relatórios de Gestão do ano de 2019 dos municípios da RLVT

## WEBGRAFIA

<https://www.ine.pt/>

<https://www.pordata.pt/Municipios/Superficie>

<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>

<https://www.cfp.pt/>